

EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza

**Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade
de Lisboa**

Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2017-2020

**Referencial Estratégico para monitorização do
desenvolvimento social de Lisboa**

Atualizado a 2019

Outubro 2021

Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa | EAPN Portugal

Índice

1. Referencial Estratégico - Enquadramento	3	
2. Referencial Estratégico – Operacionalização.....	4	2
3. Referencial Estratégico – Considerações finais	128	

1. Referencial Estratégico – Enquadramento

Este documento constitui a atualização do Referencial Estratégico, documento que procura contribuir para a monitorização do Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa. Cumprir este propósito obriga a uma abordagem multidimensional fortemente focada na missão mais abrangente que se coloca à Rede Social, para a qual todos os desafios contribuem: a promoção da coesão social na cidade de Lisboa, tendo como pano de fundo a luta contra a pobreza e exclusão social.

A Rede Social de Lisboa no sentido de melhor prosseguir a sua missão e na sequência do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020, elaborou em 2016 um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) para o período 2017-2020 *“enquadrando-se no conceito mais lato de coesão social e territorial numa perspectiva de equidade e de qualidade de vida dos cidadãos, promovendo a indispensável articulação entre as organizações da administração central e local com as da economia social, sobretudo as de base local.”*¹

Para a prossecução destes propósitos estratégicos foram definidos quatro eixos orientadores da ação do PDS:

3

Eixo 1. Reforço e territorialização da rede social de Lisboa;

Eixo 2. Intervenção em públicos-alvo – crianças e jovens e pessoas idosas;

Eixo 3. Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade – violência doméstica, deficiência, saúde mental, comportamentos aditivos e sem abrigo;

Eixo 4. Promoção da empregabilidade.

É no âmbito do Eixo 1. Reforço e territorialização da Rede Social de Lisboa que se enquadra a colaboração da EAPN Portugal/Rede Europeia Anti Pobreza, através do Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa com a Rede Social de Lisboa por via da medida **“Adotar o Referencial Estratégico como instrumento de monitorização da coesão social da cidade”**, contribuindo, deste modo, para concretizar o objetivo específico: Promover a monitorização e avaliação transversal de todos os eixos do PDS 2017-2020.

¹ Rede Social Lisboa, Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020, pp. 34

2. Referencial Estratégico – Operacionalização

A função deste Referencial é monitorizar as alterações estruturais que se verifiquem na promoção da coesão social da cidade, através do acompanhamento de uma bateria de indicadores de referência com o propósito de facilitar a auto-avaliação e a (re)definição/adequação de atividades, prioridades e medidas de política pública.

A monitorização desta bateria de indicadores permite avaliar os impactos das ações desenvolvidas no conjunto da Rede Social e, em simultâneo, aferir de que modo a cidade enfrenta o desafio da inclusão social em consequência das ações de nível local, mas também das políticas e medidas de âmbito nacional que se refletem, inevitavelmente, na cidade. Neste sentido, deverá ter como objetivo contribuir para:

- monitorizar e avaliar a evolução das condições sociais e económicas no concelho de Lisboa por referência ao desafio central;
- avaliar a forma como a cidade enfrenta o desafio da inclusão social em consequência de ações de nível local, mas também das políticas e medidas de âmbito nacional e europeu, contribuindo para a avaliação e definição de políticas e medidas nos três níveis; e
- fomentar o reforço, redefinição e/ou introdução de atividades e prioridades no decurso da vigência do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2017-2020, na preparação do plano seguinte e promover a sua articulação com outras intervenções estratégicas.

4

Tal só poderá ser conseguido através da monitorização de domínios-chave no âmbito da coesão social. Neste sentido, e tendo em conta a consensualização a nível europeu ² no que se refere à análise da coesão social, mas também as especificidades locais, definiram-se domínios de análise para os quais foram sinalizados um conjunto de indicadores capazes de permitir esboçar um primeiro retrato de cada uma das dimensões referidas, nomeadamente:

- acesso a um **rendimento** que assegure a aquisição de bens e serviços considerados aceitáveis numa dada comunidade (que pode ter origem no trabalho, na propriedade ou no sistema de segurança social);

² É hoje consensual a definição de dimensões consideradas fulcrais na avaliação dos processos de inclusão social e que constituem base essencial para a promoção de uma cidadania plena, e que se encontram contempladas nos indicadores no domínio da pobreza e exclusão social utilizados na União Europeia (indicadores de Laeken, por exemplo) e que serviram de referência para a constituição dos domínios estratégicos contemplados no Referencial.

- participação no **mercado de trabalho**, com os direitos consignados, assegurando não apenas uma fonte de rendimento mas também uma base de sustentação da auto-estima e do sentimento de utilidade;
- acesso à **educação/qualificação** através de um percurso educativo apropriado e à aprendizagem ao longo da vida, promovendo o acesso à sociedade do conhecimento e da informação;
- acesso à **saúde**, na medida em que uma saúde deficiente – por vezes resultante de más condições de vida, menor informação, menores recursos, menor capacidade de acesso - é um contributo determinante para a produção, manutenção ou agravamento de situações de pobreza e exclusão;
- usufruto de uma **habitação** digna, o que implica acesso à habitação e capacidade de a manter, num território digno, propiciador de relações que enriqueçam o capital social, o que ultrapassa as políticas sociais de oferta de habitação e implica ações integradas de desenvolvimento dos territórios³.

A estes domínios agregou-se a demografia, área transversal que desempenha um papel fundamental na compreensão e contextualização da realidade socioeconómica da cidade de Lisboa.

5

³ Os indicadores de Laeken não contemplam o domínio da Habitação por reconhecimento por parte do Comité da Proteção Social, responsável pela sua elaboração, da dificuldade em encontrar indicadores comuns que possibilitem a comparabilidade entre os Estados-Membros. Mas houve acordo sobre a necessidade de os Planos Nacionais de Ação para a Inclusão Social contemplarem informação quantitativa nesta matéria no que se refere a (1) condições de habitação dignas, (2) custos de habitação e (3) pessoas sem-abrigo e noutras condições de habitação precária.

Figura 1. Indicadores - Domínios de Referência



Atendendo a que a finalidade do Referencial Estratégico não é efetuar a caracterização de cada uma das áreas identificadas, mas sim monitorizar alguns dos seus indicadores de modo a avaliar as alterações que se verifiquem no que se refere à procura da coesão social na cidade de Lisboa, a sinalização dos indicadores evitou cair na tentação de compilar um conjunto vasto de informação, o que desvirtuaria a natureza deste instrumento, focando-se antes na recolha de um número restrito de indicadores, mas com capacidade de responder ao propósito definido.

6

Os critérios de seleção dos indicadores seguiram assim este princípio, tendo simultaneamente em conta outras características, nomeadamente, o **âmbito geográfico**, indo para além do nível concelhio com a perspetiva de o enquadrar relativamente à região de Lisboa e também a nível nacional; a **credibilidade e atualidade de informação**; a facilidade de aceder à mesma e a capacidade em **assegurar uma série cronológica** de dimensão suficiente para avaliar o seu desempenho e sensibilidade.

Tendo sido inicialmente definida como data mínima para este último critério o ano 2011, devido à elaboração dos Censos, optou-se por antecipar esta data para 2008, ano geralmente indicado como marco do início da crise internacional, permitindo acompanhar a evolução dos indicadores desde esse momento, passando por 2011, ano da assinatura do Programa de Assistência Económica e Financeira. Deste modo, esta série permite avaliar a informação disponível relativa ao concelho, à região e ao país, tendo em conta a crise e as medidas de austeridade que foram implementadas, processos de grande impacto sobre as condições socioeconómicas que se

pretendem avaliar. Sempre que possível, a informação recolhida foi anterior a 2008, de modo a caracterizá-la nos anos precedentes ao início da crise e avaliar a sua evolução nos anos posteriores.

O âmbito territorial e a periodicidade dos dados possibilitaram uma primeira categorização dos indicadores em três níveis: os **indicadores de Nível 1**, **indicadores de Nível 2** e os **indicadores de Alerta**. No seu conjunto, estes indicadores permitirão acompanhar informação que remete para características estruturais, cujas mutações são normalmente lentas, se bem que determinantes, e, em simultâneo, dar conta de mudanças mais imediatas, as quais, mesmo sendo conjunturais, afetam fortemente a vida quotidiana dos indivíduos, famílias e comunidades.

Neste sentido, os indicadores de Nível 1, são aqueles que incluem informação diretamente reportada ao concelho com periodicidade necessária ao acompanhamento da evolução de cada um dos domínios (no mínimo anual), e que, em simultâneo, sustentem a comparabilidade da situação local com outra de âmbito regional (AML, Distrito, Grande Lisboa, conforme os casos) e nacional (país ou continente, consoante as fontes).

Os indicadores de Nível 2 são aqueles que, apesar de não veicularem informação sobre o âmbito territorial desejado (concelho de Lisboa) ou com a periodicidade pretendida (no mínimo anual), são nucleares na caracterização do domínio no que se refere à promoção da coesão social, contribuindo para a sua compreensão e avaliação e assegurando, em paralelo, a comparabilidade com o desempenho a nível nacional (país ou continente) e internacional (Eurostat).

Por fim, os indicadores de alerta serão aqueles que, fazendo ou não parte do conjunto dos indicadores de monitorização de nível 1, devido à sua sensibilidade e periodicidade, permitem detetar com atualidade alterações de conjuntura, o que implica a capacidade de assegurar a sua atualização trimestral.

Tabela 1. Critérios de categorização dos indicadores

Categoria	Âmbito territorial	Periodicidade
Nível 1	Municipal, regional e nacional	anual ou inferior a anual
Nível 2	Regional e/ou nacional	anual ou superior
Alerta	No mínimo municipal	inferior a anual

A compilação desta informação deu origem à construção de **bases de dados** para cada um dos domínios de análise, com informação desagregada por indicador que se pretende que seja regularmente atualizada e de consulta livre (disponíveis no site do Observatório), e a **fichas de caracterização por domínio**, que expõem de forma sintética a informação disponível, permitindo analisar no tempo e no espaço a situação de cada um dos domínios.

Estas **Fichas por Domínio** apresentam-se de acordo com os seguintes critérios:

- Valores da série cronológica disponível;
- Variação ocorrida nesse período;
- Análise breve sobre a evolução desse indicador;
- Análise breve sobre a evolução do indicador no concelho de Lisboa, por comparação com o âmbito regional e nacional (no caso de não existir o indicador para os três territórios – Concelho, Região e País, não é efetuada esta análise);
- Indicação dos números de referência da série, isto é, dos valores que se destacam no período em análise e que deverão servir de referência a análises futuras.

Para esta análise optou-se pela conversão dos valores de cada indicador em “números índice simples” (rácio entre o valor da variável num determinado ano e o valor dessa variável no ano base), tendo sido definido o ano 2008 como ano base. Contudo, não foi possível utilizar esta referência para todos os domínios, sendo que o domínio Mercado de trabalho, Demografia e Habitação assumem anos base distintos, a saber: 2010, 2011 e 2013, respetivamente.

A transformação dos valores dos indicadores em números índice garante a sua uniformização, tornando a leitura mais simples e com possibilidades de comparabilidade, permitindo perceber a importância de cada indicador para o comportamento e evolução do índice de cada dimensão.

Quanto à ponderação do peso de cada indicador no Índice, decidiu-se a atribuição da mesma ponderação a todos os indicadores com base no Princípio da Razão Insuficiente defendida por Laplace, o qual defende que na ausência de uma razão suficiente para precisar em que medida um indicador é mais importante do que outro, a cada indicador deverá ser atribuída a mesma ponderação.

Tendo por base esta metodologia, no final de cada domínio é apresentada uma síntese do conjunto da informação veiculada por cada indicador, respeitante a cada ano, obtida pelo cálculo da média dos números índice, criando um valor índice de cada dimensão.

Uma nota para referir que a adoção da metodologia “números índice” foi transposta do projeto “Índice de Precariedade Social de Lisboa”, desenvolvido pelo Observatório com a consultoria do Professor Carlos Farinha Rodrigues, que permitirá no futuro construir um índice de leitura rápida e acessível relativamente à coesão social da cidade.

Cálculo em números índice:

É necessário escolher um ano base (neste caso, 2008, 2011 e 2013, dependendo do domínio, como referido), que servirá de referência aos demais anos, e reduzir o seu valor a 100:**ano base**

Para **indicadores cujo aumento do valor** representa uma melhoria do índice, o número índice obtém-se pelo rácio do valor da variável no ano 1 com o valor dessa variável no ano base: **$(\text{Ano1}/\text{Ano0}) * 100$**

Para **indicadores cujo aumento do seu valor representa um agravamento** do valor do índice, procede-se à inversão do seu valor: **$[(1/\text{Ano1})/(1/\text{Ano0}) * 100]$**

A **leitura da evolução dos números índices** deve ser feita do seguinte modo: quando os valores se afastam do valor 100 em sentido ascendente, significa que essa dimensão está a ter um comportamento positivo e, por isso, está a contribuir para uma melhoria da coesão social. Quando os valores decrescem, significa que a dimensão sofreu um agravamento provocando, conseqüentemente, regressão da coesão social.

No ano de 2014, após aprovação em Conselho Local de Ação Social (12 março de 2014) do modelo proposto pelo Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, deu-se início à fase de operacionalização do mesmo segundo os moldes aqui referidos, estando o atual documento atualizado a 2019.

Considerações metodológicas

Ao longo do processo de identificação e recolha de informação, vários contactos foram efetuados no sentido de obter informação. Contudo, enfrentaram-se alguns constrangimentos que limitaram a escolha de indicadores, entre os quais se destaca:

- **a falta de dados com a série cronológica completa;**
- **a ausência de informação a nível concelhio**, como é o caso, por exemplo, de informação relativa à Taxa de Desemprego, só disponível por região, tendo a sua falta sido minimizada com dados referentes aos desempregados inscritos nos centros de emprego;
- **a participação efetiva e regular das fontes ou a sua falta de comprometimento;**
- **a dificuldade em isolar indicadores relevantes que digam diretamente respeito ao objetivo central do PDS 2017-2020 e do Referencial Estratégico.**

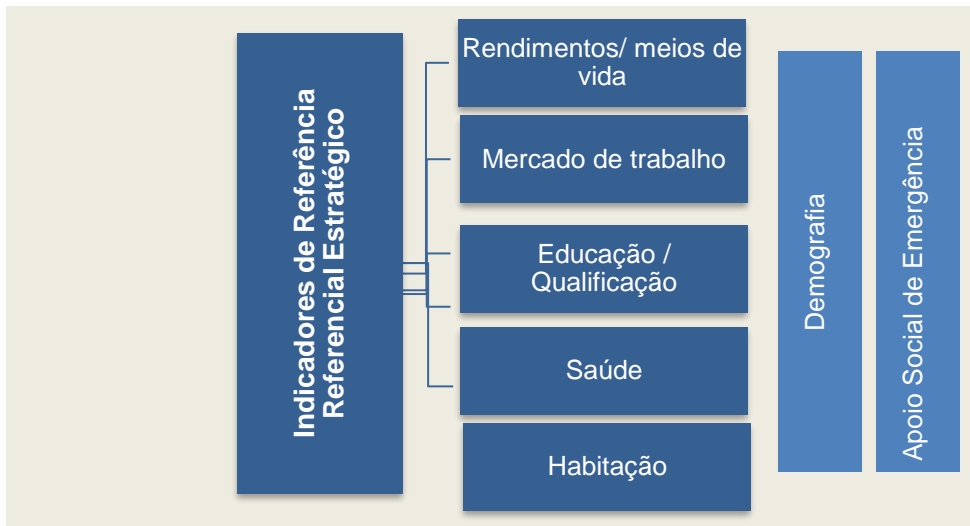
No documento que aqui se apresenta foi efetuada uma atualização dos dados, introduzindo informação mais recente, sendo na maioria dos casos relativa ao ano 2019, e elaborada a respetiva análise. Uma chamada de atenção para o facto de a partir de 1 de janeiro de 2015 ter entrado em vigor uma nova versão das NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013) fazendo com que ao nível da NUTS II tivesse ocorrido uma alteração de designação em "Lisboa" que passou a ser designada por "Área Metropolitana de Lisboa". Por este motivo, onde se lê "Região de Lisboa", à luz desta nova alteração, deverá entender-se "Área Metropolitana de Lisboa" a partir de 2013.

No que diz respeito à dimensão da Saúde, os constrangimentos encontrados nas edições anteriores, nomeadamente relacionados com séries cronológicas, âmbito territorial e mesmo identificação de indicadores pertinentes para a relação saúde vs coesão social, mantiveram-se ao longo do período em análise. Contudo, e por se considerar ser de extrema relevância a incorporação desta área, foi tomada a decisão de manter, ainda que com diversas lacunas, uma Ficha de Domínio da Saúde, nomeadamente a impossibilidade de produzir a síntese por domínio.

Por outro lado, foi igualmente considerado importante manter-se a área relacionada com indicadores que permitam efetuar um acompanhamento da dimensão "Apoio Social de Emergência", considerando que, apesar desta área não ser uma das dimensões que fazem parte da consensualização a nível europeu e mundial para a análise da coesão social, esta é uma

vertente que se revela pertinente para o complemento da análise do nível de vulnerabilidade da população residente na cidade de Lisboa.

Ilustração 2. Indicadores - Domínios de Referência e áreas transversais



De seguida apresenta-se um quadro onde é possível verificar quais os indicadores que foi possível atualizar relativamente aos domínios selecionados:

11

A. Rendimentos e Meios de Vida

Indicadores de Nível 1	
Prestação de desemprego - beneficiários	última atualização: 2019
Prestação de desemprego - valor médio processado	última atualização: 2019
Rendimento Social de Inserção - beneficiários	última atualização: 2019
Rendimento Social de Inserção - valor médio processado	última atualização: 2019
Abono de família – crianças e jovens titulares	última atualização: 2019
Abono de família – valor processado	última atualização: 2019
Complemento Solidário para Idosos – beneficiários	última atualização: 2019
Venda de automóveis ligeiros	última atualização: 2019
Indicadores de Nível 2	
Ganho médio mensal (€)	última atualização: 2018
IpC –Poder de compra concelhio	última atualização: 2017
Indicadores de alerta	
Prestação de desemprego - beneficiários	última atualização: 2019
Rendimento Social Inserção - beneficiários	última atualização: 2019

12

B. Mercado de Trabalho

Indicadores de Nível 1	
Nº estabelecimentos	última atualização: 2019
Nº pessoal ao serviço dos estabelecimentos	última atualização: 2019
Nº desempregados inscritos nos CE	última atualização: 2019
Indicadores de Nível 2	
Taxa de emprego	última atualização: 2019
Taxa de desemprego	última atualização: 2019
Indicadores de alerta	
Nº despedimentos em processos coletivos	última atualização: 2019
Nº desempregados inscritos nos Centros de Emprego	última atualização: 2019

C. Educação

Indicadores de Nível 1	
Taxa bruta de escolarização ensino básico	última atualização: 2018/19
Taxa bruta de escolarização ensino secundário	última atualização: 2018/19
Taxa retenção e desistência ensino básico	última atualização: 2018/19
Taxa retenção e desistência ensino secundário	última atualização: 2018/19
Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar	última atualização: 2018/19
Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar	última atualização: 2018/19
Indicadores de Nível 2	
Taxa de analfabetismo	última atualização: 2011
Taxa de abandono escolar	última atualização: 2011
Escolaridade da população residente	última atualização: 2011

D. Habitação

13

Indicadores de Nível 1	
Nº de pedidos de habitação municipal ao abrigo do RRAHM	última atualização: 2019
Nº de pedidos de subsídio de municipal de arrendamento	última atualização: 2019
Nº de candidaturas ao Programa renda convencionada	última atualização: 2019
Consumo doméstico de energia elétrica por consumidor	última atualização: 2019
Indicadores de Nível 2	
Despesa anual média por agregado – habitação (%)	última atualização: 2015/16
Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos (%)	última atualização: 2011
Indicadores de alerta	
Nº de pedidos de habitação municipal ao abrigo do RRAHM	última atualização: 2019
Nº de pedidos de subsídio de municipal de arrendamento	última atualização: 2019

E. Demografia

Indicadores	
População residente	última atualização: 2019
Índice de Envelhecimento	última atualização: 2019
Índice Dependência Idosos	última atualização: 2019
Índice Dependência de Jovens	última atualização: 2019
Índice Longevidade	última atualização: 2019
Índice Renovação	última atualização: 2019

F. Saúde

Indicadores	
Dificuldades da população residente	última atualização: 2011
N.º de beneficiários com cartão de saúde - (SCML)	última atualização: 2019

14

G. Apoio Social de Emergência

Indicadores	
Nº pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa	última atualização: 2019
N.º de atendimentos - Atendimento Social de Emergência - (SCML)	última atualização: 2019
Nº de processos abertos (utentes novos) – Atendimento Social de Emergência da SCML	última atualização: 2019
Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI	última atualização: 2019

FICHAS POR DOMÍNIOS
(série cronológica e análise)

15

Rendimento e Meios de Vida

Os indicadores de nível 1 referem-se, na sua maioria, a prestações sociais, consequência da dificuldade que se continua a sentir de recolher dados pertinentes de outro tipo com a periodicidade e âmbito geográfico necessários. Utiliza-se ainda um indicador que, do lado do consumo, pode revelar alterações das possibilidades económicas e de prioridades em termos de despesa da população: a venda de automóveis ligeiros de passageiros.

Os indicadores de nível 2 ajudarão a compreender e avaliar melhor a evolução deste domínio na cidade de Lisboa. O ganho médio mensal, informação oriunda dos Quadros de Pessoal, está disponível apenas com informação anual e com atrasos significativos na sua disponibilização. Os indicadores de poder de compra são estimados com periodicidade bienal, pelo que não reúnem condições, neste momento, para serem utilizados como indicadores de nível 1.

O número de beneficiários das prestações de Desemprego e do Rendimento Social de Inserção serão os indicadores de alerta sinalizados para este domínio os quais, no entanto, em função da experiência dos últimos anos, deverão ser sempre lidos tendo em conta eventuais alterações aos seus regulamentos de acesso e manutenção na medida.

Rendimento e Meios de Vida

Indicadores de nível 1

Prestações de desemprego - beneficiários
Prestações de desemprego – valor médio mensal processado
Rendimento Social Inserção – beneficiários
Rendimento Social Inserção – valor médio mensal
Abono de Família – crianças e jovens titulares
Abono de Família – Valor processado
Complemento Solidário Idosos – beneficiários
Venda de automóveis ligeiros

Indicadores de nível 2

Ganho médio mensal (€)
Ipc –Poder de compra concelhio

Indicadores de alerta

Prestações de desemprego - beneficiários
Rendimento Social Inserção - beneficiários

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Prestações de desemprego - beneficiários

Definição

Beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subsequente e prolongamento de subsídio social de desemprego.

Dados

Série cronológica: 2005 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: número e taxa de variação

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P./Centro Distrital de Lisboa, Beneficiários de prestações de desemprego da Segurança Social - 2015 – 2015 - Situação da base de dados operacional em 17/03/2017, 2016 e 2017 - Situação da base de dados operacional em 17/03/2017; 2018 situação da base de dados operacional em 01/03/2019; 2019 situação da base de dados operacional em 01/04/2020

Cálculos: OLCPL

Evolução

Entre 2005 e 2013 o número de beneficiários de prestações de desemprego conheceu um forte aumento nos três territórios em análise. A região de Lisboa foi a que registou o maior aumento neste período, 41%, tendo o país um aumento igual ao concelho, 31%.

A nível nacional este crescimento correspondeu a um acréscimo de 154 567 desempregados beneficiários de prestações.

Este crescimento foi interrompido em 2011, mas surgiu de novo nos dois anos seguintes.

É a partir de 2014 que o número de beneficiários começa a descer novamente, registando a sua descida mais acentuada em 2017, muito próxima nos três territórios, entre os 13% (AML) e os 14% (Portugal e concelho de Lisboa).

Em 2019 a descida do número de beneficiários mantém-se, ainda que mais ligeira a nível nacional, 3%, do que na AML e no concelho de Lisboa, 5% e 5,8% respetivamente.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Entre 2005 e 2013 o concelho de Lisboa regista um aumento do número de beneficiários semelhante ao verificado em Portugal e menor do que a região, 31% e 41%, respetivamente.

Contudo, acompanhou sempre a tendência de evolução registada nestes dois territórios, com a redução do número de beneficiários entre 2006 e 2008 e em 2011, o crescimento em 2012 e 2013 e a inversão a partir de 2014, com uma redução do número de beneficiários em 2017 de cerca de 14%, ligeiramente superior ao valor registado na região e em Portugal.

Prestações de desemprego - beneficiários (nº)						
Ano	Portugal	Taxa de variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa de variação	Concelho Lisboa	Taxa de variação
2005	491 874		116 735		19 228	
2006	492 239	0,1	116 833	0,1	18 792	-2,3
2007	461 973	-6,1	108 915	-6,8	17 163	-8,7
2008	442 790	-4,2	103 598	-4,9	16 085	-6,3
2009	532 456	20,3	127 062	22,6	19 426	20,8
2010	567 335	6,6	136 573	7,5	20 489	5,5
2011	540 258	-4,8	133 683	-2,1	20 317	-0,8
2012	626 275	15,9	157 423	17,8	23 940	17,8
2013	646 441	3,2	164 524	4,5	25 256	5,5
2014	579 090	-10,4	148 869	-9,5	22 974	-9
2015	522 565	-9,8	132 197	-11,2	20 985	-8,7
2016	458 627	-12,2	117 515	-11,1	19 176	-8,6
2017	396 495	-13,5	101 794	-13,4	16 548	-13,7
2018	357 856	-9,7	90 579	-11,0	14 623	-11,6
2019	347 100	-3,0	86 048	-5,0	13 771	-5,8

19

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 25.256, em 2013

Valor mais baixo: 16.085, em 2008

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 3.623 em 2012

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 172 em 2011

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 20,8% em 2009

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -0,8% em 2011

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Prestação de desemprego – valor médio mensal processado

Definição

Valor médio processado de prestação de desemprego - subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subsequente e prolongamento de subsídio social de desemprego.

Dados

Série cronológica: 2005 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: euros

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P./Centro Distrital de Lisboa, 2005 - 2015 ficheiro enviado por ISS, Situação da base de dados operacional em 17/03/2017, Inclui: Subsídio Desemprego, Subsídio Social de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego

2016 e 2017- dados ISS: Situação da base de dados operacional em 17/03/2017 (dados 2016); Situação da base de dados operacional em 17/03/2018 (total ano 2017); situação da base de dados operacional em 01/03/2019 (total ano 2018); situação da base de dados operacional em 01/04/2020 (total ano 2019)

Cálculos: OLCPL

20

Evolução

A evolução do valor médio de subsídios processados assume um comportamento semelhante nos três territórios com grandes oscilações ao longo da serie cronológica analisada. Regista-se um decréscimo entre 2005 e 2007, uma significativa recuperação em 2008, entre os 15% e os 17%, o maior aumento registado nesta série; mas logo no ano seguinte, em 2009 regista-se a maior descida para todos os territórios; seguem-se três anos de um aumento gradual, que volta a inverter-se em 2013, comportamento que se mantém até 2015. Desde 2016 o valor tem sofrido aumentos graduais, registando em 2019 uma nova descida que oscila entre os 3% ao nível nacional; 4% na região e ainda maior no concelho (5,2%).

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Ao longo do período em análise o concelho de Lisboa tende a ter valores de variação quase sempre superiores ao da região e do país, seja quando regista um aumento do valor médio processado seja quando regista uma diminuição dos valores médios. Ou seja, as alterações fazem-se notar mais no concelho do na região ou no país.

Identificam-se duas exceções, o valor registado em 2010, 2011 e 2014 em que os valores registados nos três territórios são muito próximos,

No último ano em análise a tendência mantém-se e Lisboa regista a maior descida do valor médio, 5,2%.

Prestação de desemprego – valor médio mensal processado por beneficiário						
Ano	Portugal	Taxa variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa variação	Concelho de Lisboa	Taxa variação
2005	544,4		684,6		741,7	
2006	513,6	-5,6%	614,3	-10,3%	657,5	-11,3%
2007	522,1	1,6%	611,5	-0,5%	653,5	-0,6%
2008	602,9	15,5%	702,2	14,8%	763,8	16,9%
2009	532,3	-11,7%	615,1	-12,4%	667,3	-12,6%
2010	548,2	3,0%	624,8	1,6%	670,1	0,4%
2011	563,5	2,8%	641,5	2,7%	687,8	2,6%
2012	564,8	0,2%	643,8	0,4%	704,2	2,4%
2013	534,0	-5,4%	588,3	-8,6%	632,0	-10,3%
2014	508,4	-4,8%	562,2	-4,4%	603,4	-4,5%
2015	482,1	-5,2%	535,7	-4,7%	566,9	-6,1%
2016	507,3	5,2%	563,0	5,1%	603,4	6,4%
2017	511,0	0,7%	569,9	1,2%	614,8	1,9%
2018	539,4	5,6%	607,2	6,6%	661,7	7,6%
2019	522,6	-3,1%	580,9	-4,3%	627,2	-5,2%

21

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 763,8€, em 2008

Valor mais baixo: 566,9€, em 2015

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 110,2 €, em 2008

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 2,8 €, em 2010

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 16,9% em 2008

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 0,4%, em 2010

Rendimentos e Meios de Vida – Nível 1

Rendimento Social de Inserção – beneficiários

Definição

Medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social.

Dados

Série cronológica: 2005 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: 2015 - 2015 ficheiro enviado por ISS, Situação da base de dados operacional em 17/03/2017, Inclui: Subsídio Desemprego, Subsídio Social de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego
2016 - dados ISS: Situação da base de dados operacional em 17/03/2017 (dados 2016); 2017- dados ISS: Situação da base de dados operacional em 17/03/2017 (dados 2016); Situação da base de dados operacional em 17/03/2018 (total ano 2017); situação da base de dados operacional em 01/03/2019 (total ano 2018); situação da base de dados operacional em 01/04/2020 (total ano 2019)

Cálculos: OLCPL

Evolução

Distinguem-se três períodos na evolução deste indicador: um, entre 2005 e 2010, de evidente aumento do número de beneficiários, particularmente em Lisboa e na Região e outro, entre 2011 e 2016, em que se verifica um acentuado decréscimo, coincidente com alterações introduzidas nas regras de acesso e manutenção do direito à medida, nomeadamente em 2010 (Decreto-Lei 70/2010 de 16/06), em 2012 (Decreto-Lei 133/2012 de 27/06) e em 2013 (Decreto-Lei n.º 13/2013) cujos efeitos se fizeram notar nos anos seguintes. Em 2017, com o Decreto-Lei n.º 90/2017, as regras de acesso e manutenção sofreram reformulações o que poderá justificar o aumento do número e beneficiários nesse ano e no seguinte para a AML e concelho de Lisboa.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Lisboa conheceu elevadíssimo aumento percentual (+393,5%) de beneficiários (+21 701 beneficiários) entre 2005 e 2010, acontecendo o mesmo cenário na Região (+326,1%). Também em ao nível nacional se registou um significativo aumento, (+165%)

A partir desse ano houve uma redução de beneficiários em todos os territórios, mas em Lisboa essa diminuição foi inferior. A juntar a este aspeto, verifica-se que entre o primeiro e o último ano da série (2005-2019), Lisboa é o território com a variação homóloga positiva mais elevada, 249,5% o que realça a intensidade e extensão das carências sentidas no Concelho, mesmo apesar das fortes alterações legais introduzidas.

Rendimento Social de Inserção - Nº beneficiários						
Ano	Portugal	Taxa variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa variação	Concelho Lisboa	Taxa variação
2005	198 126		27 996		5 515	
2006	332 115	67,6	49 659	77,4	10 895	97,6
2007	369 058	11,1	65 231	31,4	14 852	36,3
2008	417 371	13,1	82 293	26,2	20 167	35,8
2009	485 504	16,3	103 348	25,6	24 431	21,1
2010	525 663	8,3	119 303	15,4	27 216	11,4
2011	447 195	-14,9	107 606	-9,8	25 622	-5,9
2012	420 436	-6,0	105 720	-1,8	25 055	-2,2
2013	360 181	-14,3	93 961	-11,1	24 147	-3,6
2014	320 601	-11,0	81 496	-13,3	21 811	-9,7
2015	295 624	-7,8	74 360	-8,8	19 997	-8,3
2016	287 473	-2,8	70 338	-5,4	18 923	-5,4
2017	288 199	0,3	70 790	0,6	19 198	1,5
2018	282 289	-2,1	71 634	1,2	19 336	0,7
2019	267 367	-5,3	69 838	-2,5	19 275	-0,3

23

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 27 216, em 2010

Valor mais baixo: 5 515, em 2008

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 5 380 valores, em 2006

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 61 valores, em 2019

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 97,6% em 2006

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: - 3 % em 2019

Rendimentos e Meios de Vida – Nível 1

Rendimento Social de Inserção – Valor médio mensal por beneficiário

Definição

Medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social.

Dados

Série cronológica: 2005 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: euros

Fonte: 2005 - 2015 ficheiro enviado por ISS, Situação da base de dados operacional em 17/03/2017, Inclui: Subsídio Desemprego, Subsídio Social de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego
2016- dados ISS: Situação da base de dados operacional em 17/03/2017 (dados 2016); 2017- dados ISS: Situação da base de dados operacional em 17/03/2017 (dados 2016); Situação da base de dados operacional em 17/03/2018 (total ano 2017); situação da base de dados operacional em 01/03/2019 (total ano 2018); situação da base de dados operacional em 01/04/2020 (total ano 2019)

Cálculos: OLCPL

Evolução

Distinguem-se três períodos na evolução deste indicador: um primeiro, entre 2005 e 2009, de aumento do valor médio processado, outro, entre 2010 e 2011, em que se verifica um decréscimo, fruto das alterações legislativas introduzidas nas regras de acesso e manutenção do direito à medida, em 2010 (Decreto-Lei 70/2010 de 16/06). Novas alterações legislativas nos anos seguintes que introduzem mudanças nas condições de acesso, manutenção e formula de cálculo, nomeadamente em 2012 (Decreto-Lei 133/2012 de 27/06), em 2013 (Decreto-Lei n.º 13/2013) e em 2016 (Decreto-Lei n.º 1/2016) justificam as oscilações na variação do valor registando aumentos e descidas entre 2012 e 2019.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Lisboa conheceu entre o período em análise uma evolução semelhante aos restantes territórios, com algumas exceções que importa destacar: em 2011 a diminuição do valor registado em Lisboa era cerca do dobro dos outros dois territórios; em contrapartida no ano seguinte aumenta cerca de 8% enquanto que o país e a região de Lisboa mantém uma descida na ordem dos 2%; mas este aumento de Lisboa foi fortemente revertido em 2013, onde a cidade registava uma diminuição do valor de 17%, face aos 3% do país e aos 5% da região. Lisboa volta a ver descer o seu valor médio em 2018, menos 4,3% do que no ano anterior, enquanto a região e o país continua a ver o seu valor aumentar. Sendo de referir que a este respeito o valor médio em Lisboa é, em média, sempre superior ao longo da série em todos os territórios.

Valor médio mensal processado por beneficiário de RSI, €						
Ano	Portugal	Taxa variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa variação	Concelho de Lisboa	Taxa variação
2005	70,7		78,5		87,6	
2006	77,8	10,1	84,7	7,8	92,4	5,5
2007	81,9	5,2	87,7	3,5	94,8	2,6
2008	86,5	5,7	92,1	5,0	100,1	5,5
2009	91,5	5,7	96,4	4,7	105,8	5,7
2010	90,8	-0,8	95,3	-1,1	105,5	-0,3
2011	87,7	-3,4	91,9	-3,5	97,7	-7,4
2012	86,2	-1,8	89,9	-2,2	105,5	8,0
2013	83,6	-3,0	85,6	-4,8	87,8	-16,8
2014	89,3	6,8	92,7	8,3	93,6	6,6
2015	92,8	3,9	96,7	4,2	97,4	4,1
2016	109,5	18,0	114,4	18,4	115,7	18,7
2017	111,6	1,9	116,4	1,7	125,1	8,2
2018	114,2	2,4	117,7	1,2	119,8	-4,3
2019	116,9	2,3	118,9	1,0	120,5	0,7

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 125,1, em 2017

Valor mais baixo: 87,6, em 2005

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 18,2, em 2016

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 0,3, em 2010

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 16,8%, em 2013

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -0,3% em 2010

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Abono de família – Número de crianças e jovens titulares

Definição

Prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Dados

Série cronológica: 2005 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: ISS: 2005- 2015 ficheiro enviado por ISS, Situação da base de dados operacional em 17/03/2017, 2016- dados ISS: Situação da base de dados operacional em 17/03/2017 (dados 2016); Situação da base de dados operacional em 01/02/2018 (dados 2017); situação da base de dados operacional em 01/03/2019 (total ano 2018); situação da base de dados operacional em 01/04/2020 (total ano 2019)

Cálculos: OLCPL

26

Evolução

Entre 2005 e 2009 o número de crianças e jovens com abono de família foi aumentando gradualmente, com exceção de um ligeiro decréscimo em 2006 no país e no concelho de Lisboa. Esta tendência inverteu-se em 2010, registando valores ainda mais baixos em 2011, com uma redução de 24% no país, 29% na região e 31% no concelho, consequência, em boa parte, das alterações legislativas que alteraram as regras de acesso e manutenção desta prestação social (Decreto-Lei 70/2010 de 16/06 e Portaria n.º 249/2011) que provocaram forte redução no número nacional de beneficiários que continuou a decair em 2012, ano de novas alterações nas regras (Decreto-Lei 133/2012 de 27/06). Esta diminuição não aconteceu na AML e no concelho que viu o número de beneficiários aumentar ligeiramente em 2013 e 2014. No ano de 2015 e 2016 estes dois territórios aproximam-se da tendência nacional e voltam a ver o número de beneficiários diminuir. Redução particularmente manifestada no concelho, registando em 2017 menos 8%, para logo no ano seguinte ter uma subida ainda maior, mais 15% de crianças e jovens a beneficiar desta medida de política pública, número que quase estabilizou em 2019, com uma residual descida de 0,1%.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Lisboa assume, ao longo do período em análise, números um pouco distintos dos restantes territórios e que importa destacar: em 2007 e 2008 vê o número de titulares aumentar mais do que os restantes territórios. Por sua vez, em 2010, sofre uma descida mais intensa que os restantes; e em 2017, quando o país e a região veem o número de titulares aumentar, Lisboa regista uma descida de 8%, para recuperar em 2018, aumentando 15%.

Analisando o período 2005-2019 verifica-se que o concelho de Lisboa, tal como a AML e todo o território nacional viu o número de titulares diminuir, onde o número de titulares diminuiu, 27,9%, 18,9% e 29,6%, respetivamente.

Abono de Família – crianças e jovens titulares (nº)						
Ano	Portugal	Taxa de variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa de variação	Concelho Lisboa	Taxa de variação
2005	1 721 447		404 129		64 288	
2006	1 713 737	-0,4%	406 812	0,7%	63 935	-0,5%
2007	1 753 199	2,3%	425 279	4,5%	68 231	6,7%
2008	1 759 437	0,4%	443 672	4,3%	72 071	5,6%
2009	1 800 743	2,3%	462 456	4,2%	74 505	3,4%
2010	1 781 909	-1,0%	458 020	-1,0%	70 717	-5,1%
2011	1 350 149	-24,2%	326 001	-28,8%	48 908	-30,8%
2012	1 262 442	-6,5%	298 137	-8,5%	44 009	-10,0%
2013	1 256 659	-0,5%	304 904	2,3%	44 806	1,8%
2014	1 247 240	-0,7%	308 860	1,3%	45 133	0,7%
2015	1 223 693	-1,9%	306 351	-0,8%	44 690	-1,0%
2016	1 192 405	-2,6%	302 239	-1,3%	44 093	-1,3%
2017	1 210 119	1,5%	312 426	3,4%	40 372	-8,4%
2018	1 211 431	0,1%	319 557	2,3%	46 414	15,0%
2019	1 212 273	0,1%	327 630	2,5%	46 365	-0,1%

27

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 74 505, em 2009

Valor mais baixo: 40 372, em 2015

Varição absoluta mais elevada face ao ano anterior: -21 809 valores, em 2011

Varição absoluta mais baixa face ao ano anterior: -49 valores, em 2019

Varição percentual mais elevada face ao ano anterior: - 30,8% em 2016

Varição percentual mais baixa face ao ano anterior: -0,1%, em 2019

Rendimentos e Meios de Vida – Nível 1

Abonos de família – valores processados

Definição

Prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: euros

Fonte: INE – Anuários Estatísticos, principais prestações familiares por município

Cálculos: OLCPL

Evolução

Nos doze anos analisados o valor processado em abonos de família conheceu uma forte redução, entre 2008 e 2015, com um ligeiro estabilização em 2012 e 2013 e com uma recuperação que se inicia em 2015.

Entre 2008 e 2010 o valor dos abonos de família processados subiu ligeiramente. No entanto, em 2011 sofreu uma redução de mais de 30%, em boa parte fruto das alterações verificadas na segunda metade do ano anterior (Decreto-Lei 70/2010) que provocaram uma forte redução no número de beneficiários. Em 2012, apesar de o número de beneficiários ter continuado a reduzir-se, os valores processados aumentaram 2% no território nacional, 4% na AML e 3% na cidade de Lisboa, apesar de nova alteração legislativa ocorrida em 2012.

Apesar de em 2013 se ter verificado um aumento de beneficiários de abono de família na AML e no concelho de Lisboa, o seu valor apenas teve um crescimento ligeiro (1%) no concelho de Lisboa, enquanto na região e sobretudo em Portugal se registou uma diminuição.

É a partir de 2016 que o valor processado aumenta, registando proporções superiores ao aumento que ocorre no número de titulares o que se justifica pelas sucessivas atualizações aos montantes do abono de família entre 2016 e 2019 (Portaria nº 2/2016; Portaria nº 11-A/2016; Portaria nº 161/2016; Portaria 62/2017; Portaria nº 160/2018; e Portaria nº 276/2019).

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Com um crescimento ligeiramente inferior ao da Região entre 2008 e 2010, Lisboa conhece uma maior quebra do valor dos abonos processados entre 2010 e 2013.

Em apenas um ano, em 2011, os montantes processados diminuíram 34,5% em Lisboa, valor superior face aos restantes dois territórios. Em 2013, Lisboa foi o único território em que o aumento do número de beneficiários equivaliu a um aumento da prestação.

Desde 2015, que Lisboa vê o valor processado de abono de família crescer até 2019, ano em que atinge o maior aumento, 16%, ainda que o número de beneficiários apenas tenha aumentado em 2018.

Abono de Família – Valor (milhares €)						
Ano	Portugal	Taxa de variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa de variação	Concelho Lisboa	Taxa de variação
2008	813 798		203 007		31 191	
2009	915 951	12,6	233 893	15,2	35 507	13,8
2010	886 652	-3,2	227 078	-2,9	33 964	-4,3
2011	618 681	-30,2	150 428	-33,8	22 232	-34,5
2012	633 029	2,3	156 723	4,2	22 952	3,2
2013	616 735	-2,6	156 349	-0,2	23 180	1,0
2014	596 824	-3,2	153 615	-1,7	22 435	-3,2
2015	591 291	-0,9	153 414	-0,1	22 656	1,0
2016	609 395	3,1	162 591	6,0	23 813	5,1
2017	638 918	4,8	174 863	7,5	25 763	8,2
2018	681 666	6,7	192 558	10,1	28 211	9,5
2019	763 030	11,9	224 484	16,6	32 638	15,7

29

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 35.507.000, em 2009

Valor mais baixo: 22.232.000, em 2011

Varição absoluta mais elevada face ao ano anterior: -11.732 valores, em 2011

Varição absoluta mais baixa face ao ano anterior: 228 valores, em 2011

Varição percentual mais elevada face ao ano anterior: -34,5 p.p., em 2011

Varição percentual mais baixa face ao ano anterior: 1 p.p., em 2013

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Complemento Solidário para Idosos - beneficiários

Definição

Prestação pecuniária mensal atribuída a cidadãos nacionais ou estrangeiros residentes em território nacional nos últimos seis anos, com idade igual ou superior a 65 anos e com baixos recursos.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Fonte: Informação do ISS: Situação da base de dados operacional em 01/04/2017 (2008 a 2015); em 01/04/2017 (2016); em 19/01/2018 (1º, 2º, 3º e 4º trim. 2017); em 18/01/2019 (1º, 2º, 3º e 4º trim. 2018); em 06/03/2019 (dados anuais 2018); em 01/04/2020 (dados anuais 2019)

Cálculos: OLCPL

30

Evolução

Em 2008, o Complemento Solidário para Idosos (CSI) passa a abranger todos os que possuem 65 ou mais anos (anteriormente dirigia-se aos maiores de 79 anos – 2006 - e, a partir de 2007 aos maiores de 69 anos). Entre 2008 e 2011 o número de beneficiários do CSI cresceu mais de 39% a nível nacional, um acréscimo que realça a fragilidade da população idosa particularmente exposta a situações de pobreza, na maioria mulheres (cerca de 70%).

A partir de 2012 o número de beneficiários começa a decrescer com uma acentuada descida nos anos 2013 e 2014, fortemente influenciada pelas alterações legislativas (Decreto-Lei n.º 13/2013). Em 2017 e 2018 os números voltam a aumentar pontualmente, para iniciar uma descida em 2019, particularmente acentuada em Lisboa.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Em Lisboa o aumento percentual de beneficiários foi inferior ao verificado na região e no País, -22% entre 2008 e 2019, face aos -3% da região e -2% de Portugal, registando-se um incremento de 1 112 beneficiários entre 2008 e 2012 e uma redução de 2 715 entre 2013 e 2019.

Complemento Solidário Idosos - beneficiários (nº)						
Ano	Portugal	Taxa de variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa de variação	Concelho Lisboa	Taxa de variação
2008	179 277		32 153		8 055	
2009	232 497	29,7%	40 038	25%	9 619	19,4%
2010	246 301	5,9%	41 614	4%	9 561	-0,6%
2011	248 391	0,8%	41 815	0%	9 377	-1,9%
2012	244 529	-1,6%	41 448	-1%	9 167	-2,2%
2013	237 506	-2,9%	40 887	-1%	9 008	-1,7%
2014	212 370	-10,6%	36 306	-11%	7 753	-13,9%
2015	176 622	-16,8%	31 655	-13%	6 878	-11,3%
2016	172 940	-2,1%	31 042	-2%	6 728	-2,2%
2017	175 187	1,3%	31 689	2%	6 772	0,7%
2018	177 205	1,2%	31 891	1%	6 619	-2,3%
2019	176 173	-0,6%	31 225	-2,1%	6 293	-4,9%

31

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 9 619, em 2009

Valor mais baixo: 6 293 em 2019

Varição absoluta mais elevada face ao ano anterior: 1.564 valores, em 2009

Varição absoluta mais baixa face ao ano anterior: 44 valores, em 2017

Varição percentual mais elevada face ao ano anterior: 19,4% em 2009

Varição percentual mais baixa face ao ano anterior: -0,6% em 2010

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Venda de automóveis ligeiros

Definição

Veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência do proprietário. Aguardar dados 2019

Dados

Série cronológica: 2006-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, Veículos Automóveis registados por município. (Informação recolhida pela Conservatória do Registo Automóvel, até 2013 e pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., a partir de 2014)

Cálculos: OLCPL

Evolução

Entre 2006 e 2009 assiste-se a uma quebra permanente da venda de veículos ligeiros de passageiros nos três territórios em análise, sendo o ano de 2009 aquele que atinge o valor mais baixo.

Em 2010, e apesar dos efeitos da crise económica, a venda de automóveis ligeiros de passageiros conheceu um forte aumento, atingindo a nível nacional o valor mais elevado da série. Este aumento de vendas terá, pelo menos em boa parte, estado relacionado com o facto de a partir de 2011 terminar o programa de incentivos ao abate de veículos em fim de vida, ao abrigo do qual foram adquiridos em 2011, segundo a ACAP, 35.500 veículos. O mês de dezembro foi um período de fortes vendas com os consumidores pressionados pelo anúncio do aumento de preços dos veículos em janeiro de 2012, refletindo-se na maior redução percentual, entre período homólogo, registada.

Em 2013, e reflexo dos vários incentivos que os agentes introduziram, com campanhas de oferta de equipamentos, redução de preços e condições de retoma muito favoráveis, o mercado automóvel iniciou a sua recuperação, sendo perceptível no aumento da venda de automóveis ligeiros. Inicia-se neste ano um aumento que se mantém até 2018, com exceção para o concelho de Lisboa, que regista uma diminuição de 11,5%. Em 2019 esta diminuição estende-se não só a AML mas a todo o território nacional, sendo a AML a que regista a descida mais acentuada, 29,5%.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao País

A diminuição da venda de automóveis ligeiros que se registou até 2009 foi sempre superior em Lisboa face à região e a Portugal, contudo, quando se verificou um acréscimo em 2010, este também foi mais elevado em Lisboa, registando um aumento de quase 54%.

Lisboa também acompanhou a tendência de diminuição nos dois anos seguintes, sendo o único território cujo aumento das vendas em 2013 foi semelhante à diminuição registada em 2012.

Desde então a retoma mantém-se até 2018, ano em que apenas o concelho regista uma descida deste número, enquanto a região e Portugal mantem a tendência para o aumento do número, ainda que de forma mais prudente.

Em 2019, a descida do número de automóveis novos vendidos é transversal a todos os territórios em análise, sendo a AML e o concelho de Lisboa os territórios que registam a descida mais acentuada, com 30% e 27%, respetivamente.

Venda de automóveis ligeiros (nº)						
Ano	Portugal	Taxa de variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa de variação	Concelho Lisboa	Taxa de variação
2006	185 726		74 408		27 699	
2007	185 446	-0,2	76 097	2,3	26 122	-5,7
2008	184 399	-0,6	70 171	-7,8	19 217	-26,4
2009	138 366	-25,0	53 742	-23,4	13 689	-28,8
2010	191 978	38,7	72 963	35,8	21 054	53,8
2011	169 089	-11,9	64 707	-11,3	18 501	-12,1
2012	85 256	-49,6	36 073	-44,3	10 578	-42,8
2013	87 778	3,0	38 280	6,1	15 108	42,8
2014	126 708	44,4	55 340	44,6	20 134	33,3
2015	166 143	31,1	67 070	21,2	21 012	4,4
2016	190 416	14,6	73 585	9,7	28 074	33,6
2017	254 818	33,8	92 974	26,3	35 813	27,6
2018	272 308	6,9	96 042	3,3	31 705	-11,5
2019	222 198	-18,4	67 722	-29,5	23 028	-27,4

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 35 813, em 2017

Valor mais baixo: 10 578 em 2012

Varição absoluta mais elevada face ao ano anterior: 8 677 valores, em 2019

Varição absoluta mais baixa face ao ano anterior: 878 valores, em 2015

Varição percentual mais elevada face ao ano anterior: 42,8% em 2009

Varição percentual mais baixa face ao ano anterior: 4,4% em 2010

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 2

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem

Definição

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas) (medido em euros).

Dados

Série cronológica: 2008 a 2018

Periodicidade: anual

Unidade: euros

Fonte: Quadros de Pessoal, INE e Pordata

Cálculos: OLCPL

Evolução

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem aumentou entre 2008 e 2012, em qualquer ano e em todos os territórios. A maior variação positiva teve lugar em 2010, em que aconteceu em todos os territórios.

Os anos de 2013 e 2014 são os únicos anos na série cronológica com taxas de variação negativas em todos os territórios. A partir de 2015 até 2018, o ganho médio volta à sua tendência de aumento, com exceção no concelho de Lisboa, território que regista o terceiro ano consecutivo (2015) em que o valor médio continua a descer.

Este indicador deve ser lido com cautela tendo em conta, entre outros aspetos, que apenas contempla trabalhadores com contrato e que se refere a uma média, não dando conta das desigualdades salariais e sua evolução. É necessário ainda ter em conta que a diminuição do número de trabalhadores com salários mais baixos, mais fragilizados a situações de despedimento, faz subir o valor do indicador.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Lisboa apresenta o ganho médio mais elevado de todas as unidades territoriais, cerca de 45% acima do País, registando um comportamento semelhante aos restantes territórios, destacando-se apenas o ano 2015 em que manteve a sua tendência para descer (-0,7%), contrariamente à região e à média nacional que recuperaram a tendência para aumentar, apesar de ser residual (0,1% e 0,3%, respetivamente).

Ganho médio mensal dos trabalhadores (€)						
Ano	Portugal	Taxa de variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa de variação	Concelho Lisboa	Taxa de variação
2008	1008,0		1291,9		1496,1	
2009	1034,2	2,6%	1312,7	1,6%	1508,8	0,8%
2010	1076,3	4,1%	1364,9	4,0%	1575,2	4,4%
2011	1084,6	0,8%	1374,5	0,7%	1576,4	0,1%
2012	1095,6	1,0%	1392,8	1,3%	1590,6	0,9%
2013	1093,8	-0,2%	1383,6	-0,7%	1574,9	-1,0%
2014	1093,2	-0,1%	1378,3	-0,4%	1560,6	-0,9%
2015	1096,7	0,3%	1380,1	0,1%	1548,9	-0,7%
2016	1105,6	0,8%	1388,5	0,6%	1551,9	0,2%
2017	1130,8	2,3%	1410,5	1,6%	1579,2	1,8%
2018	1166,9	3,2%	1440,1	2,1%	1616,4	2,4%

36

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 1.590 €, em 2012

Valor mais baixo: 1.496,1 €, em 2012

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 66,4€, em 2010

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 1,1 € em 2011

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 4,4%, em 2010

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 0,1% em 2011

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 2

Indicador per capita do poder de compra concelhio - IpC

Definição

Indicador per capita do poder de compra concelhio - IpC resulta de um estudo estatístico sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC), de periodicidade bienal e cujo âmbito geográfico é o país. A unidade estatística observada é o município, a recolha dos dados é indireta e as variáveis que o integram provêm de procedimentos administrativos e de operações estatísticas desenvolvidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional com base num conjunto de 16 variáveis

Indicador do poder de compra – Indicador *per capita* (IpC)

Porcentagem do poder de compra (PPC)

Dados

Série cronológica: 2007 – 2017

Periodicidade: bienal

Unidade: IpC: euros / PPC: %

Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio

Cálculos: OLCPL

37

Evolução

Entre 2007 e 2015 o poder de compra teve uma constante descida, sendo apenas visível uma ligeira recuperação em 2017. Sendo que a maior perda se registou tanto para a AML como para o concelho entre 2009-2011.

Comportamento de Lisboa face à Grande Lisboa e à Região

O município de Lisboa apresentava em 2011 o IpC mais elevado de todos os municípios do país e era responsável por 11% do poder de compra total. Lisboa mais do que duplica o poder de compra per capita nacional (216,9 em Lisboa para 100 no país).

Aliás, o poder de compra encontra-se muito associado à dimensão urbana dos municípios e, por isso, territorialmente muito concentrado: as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, em todos os anos analisados são responsáveis por cerca de 50% do poder de compra nacional.

Apesar deste peso de Lisboa, em 2017, o município tinha perdido 16,1 pontos por comparação com 2007, mais do triplo do que as diminuições verificadas na Grande Lisboa e na Região. O IpC tratando de valores *per capita*, não permite, obviamente, dar conta da disparidade de poder de compra dentro do mesmo território, possibilitando apenas a comparação entre municípios e outras unidades estatísticas (NUT).

IpC - Indicador Poder de Compra			
Ano	Portugal	Região de Lisboa/AM Lisboa	Concelho de Lisboa
2007	100,0	136,9	235,7
2009	100,0	134,2	232,5
2011	100,0	131,0	216,9
2013	100,0	125,1	207,9
2015	100,0	124,7	214,5
2017	100,0	124,1	219,6

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 235,7, em 2007

Valor mais baixo: 207,9, em 2013

Varição mais elevada face ao ano anterior: - 15,7 valores, em 2011

Varição mais baixa face ao ano anterior: -3,2 valores, em 2009

Síntese Rendimento e condições de vida

Síntese Rendimento e Condições de Vida – concelho de Lisboa

Síntese resultante da média aritmética simples de números índices, com base no ano 2008, de oito variáveis: beneficiários e valor médio mensal de prestações de desemprego; beneficiários e valor médio mensal do Rendimento Social de Inserção; beneficiários e valor médio mensal Complemento Solidário para Idosos; Ganho médio mensal; e venda de automóveis ligeiros.

Os dados dos abonos de família foram retirados em consequência das suas variações abruptas fruto de alterações às regras.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2018

Periodicidade: anual

Unidade: %

Cálculos: OLCP

39

Evolução

A evolução média dos números índice revela uma clara quebra em 2009, situação que se acentua em 2011 e 2012, seguindo-se um período de recuperação de 2013 a 2016, a partir do qual regista uma nova descida, ainda que ligeira.

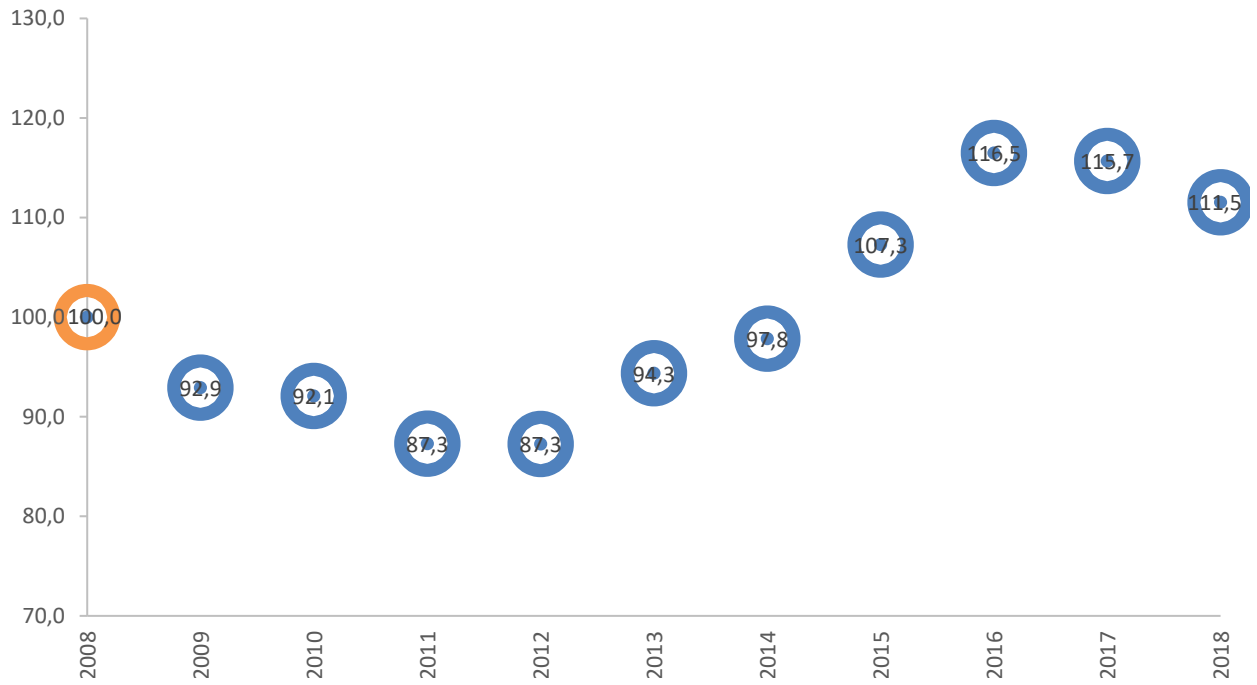
É nos anos 2011 e 2012 que a deterioração do valor médio é mais forte, relativamente a 2008, revelando-se os dois piores anos desta série, sobretudo devido ao forte decréscimo na venda de automóveis e agravamento das situações de desemprego, indicadores que assumem neste ano os valores mais baixos deste série cronológica.

Nota: A síntese Rendimentos e condições de vida foi elaborada para o período 2008-2018 porque não existem dados relativos ao Ganho médio mensal para 2019. Sendo que esta variável é considerada fundamental para a análise deste domínio, optou-se por produzir a síntese até 2018.

Números Índice – Concelho Lisboa

Ano	Subsídios de desemprego - beneficiários	Subsídios de desemprego – valor médio mensal processado	Rendimento Social Inserção – beneficiários	Rendimento Social Inserção – valor médio mensal processado por beneficiário	Complemento Solidário Idosos – beneficiários	Complemento Solidário Idosos – valor médio mensal processado por beneficiário	Venda de automóveis ligeiros	Ganho médio mensal
2008	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2009	82,8	109,7	91,1	107,6	83,7	112,2	71,2	109,4
2010	78,5	99,9	100,0	100,0	84,2	102,8	109,6	99,6
2011	79,2	100,3	99,6	99,1	85,9	103,7	96,3	100,0
2012	67,2	100,0	99,9	93,9	87,9	104,6	55,0	99,7
2013	63,7	93,2	107,2	93,9	89,4	106,1	78,6	92,9
2014	70,0	93,1	107,3	101,6	103,9	105,9	104,8	92,8
2015	76,6	100,9	98,9	105,3	117,1	102,9	109,3	100,7
2016	83,9	107,2	93,2	115,5	119,7	103,8	146,1	106,9
2017	97,2	114,3	87,4	125,4	118,9	115,1	186,4	114,0
2018	110,0	121,8	82,0	124,5	121,7	112,7	165,0	121,5

Rendimentos e condições de vida
Indicadores Síntese – Concelho Lisboa



Mercado de Trabalho

De acordo com as opções metodológicas tomadas, identificaram-se como indicadores de nível 1 aqueles que sendo nucleares no domínio, asseguram, em simultâneo, fiabilidade, atualidade e que preenchem a série cronológica definida suficiente para sustentar a análise longitudinal da evolução da situação no concelho de Lisboa.

São três os indicadores selecionados para acompanhamento de nível 1 no domínio Mercado de Trabalho: dois relacionados com o funcionamento do mercado de trabalho – o número de estabelecimentos existentes na cidade e o número de pessoal nesses estabelecimentos - e um relacionado com o afastamento desse mercado – desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

Os indicadores de nível 2, ajudarão a compreender e avaliar melhor a evolução deste domínio, no âmbito do emprego, taxa de emprego, e, do lado do desemprego, a taxa de desemprego, de modo a complementar a informação sobre o desemprego registado (indicador de nível 1) que diz respeito apenas aos desempregados inscritos nos centros de emprego, com outra que estima a proporção de desempregados independentemente da sua inscrição nos serviços.

42

A informação relativa ao número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego constitui-se como indicador de alerta para este domínio, assim como o número de pessoas despedidas no âmbito de processos coletivos.

Notas: pelo facto de a informação disponibilizada para o indicador Desempregados inscritos nos Centros de Emprego ser relativa a Portugal Continental, optou-se, para os restantes indicadores desta categoria, manter este nível geográfico de análise de modo a permitir construir o índice sintético.

Pelo facto de haver uma quebra de série nos indicadores Número de estabelecimentos e Pessoal ao serviço dos estabelecimentos em 2010, para a construção dos índices tomou-se 2010 como ano base neste domínio.

Nos casos em que não é possível ter dados de âmbito concelhio, optou-se por preencher na ficha síntese os campos relativos à definição, dados e evolução.

Mercado de Trabalho

Indicadores de nível 1

Número de estabelecimentos

Pessoal ao serviço dos estabelecimentos

Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

Indicadores de nível 2

Taxa de emprego

Taxa de desemprego

Indicadores de alerta

Número de despedimentos em processos coletivos

Número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego

Mercado de Trabalho - Nível 1

Estabelecimentos

Definição

Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Dados

Série cronológica: 2010 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IP (INE) - Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Cálculos: OLCPL

44

Evolução

Entre 2010 e 2012 registou-se uma constante diminuição do número de estabelecimentos em qualquer dos territórios considerados, diminuição que na região de Lisboa e no concelho se prolongou até 2013 perdendo a região, entre 2010 e 2013, 36 055 estabelecimentos.

Em 2013 Portugal continental vê o número de estabelecimentos aumentar, mas a região e o concelho apenas no ano seguinte, 2014. Desde então o aumento é constante em todos os territórios, sendo o concelho de Lisboa que regista os aumentos anuais superiores.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Entre 2010 e 2019, apesar da descida do número de estabelecimentos nos dois primeiros anos, a cidade de Lisboa regista nestes oito anos mais 21 136 estabelecimentos, a que corresponde um aumento de 20%, superior ao aumento na Região, 12%, e na generalidade do país, com um aumento de 14%.

Estabelecimentos (nº)						
Anos	Portugal continental	Taxa de variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa de variação	Concelho Lisboa	Taxa de variação
2010 ⊥	1 150 161		356 529		105 896	
2011	1 118 517	-2,8	342 606	-3,9	102 859	-2,9
2012	1 070 907	-4,3	326 211	-4,8	99 195	-3,6
2013	1 098 935	2,6	320 474	-1,8	98 139	-1,1
2014	1 128 752	2,7	327 704	2,3	100 913	2,8
2015	1 162 310	3,0	338 508	3,3	105 074	4,1
2016	1 195 348	2,8	351 955	4,0	110 466	5,1
2017	1 240 138	3,7	370 057	5,1	117 066	6,0
2018	1 276 125	2,9	383 342	3,6	121 978	4,2
2019	1 315 144	3,1	399 239	4,1	127 032	4,1

⊥: Quebra de série/comparabilidade

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 127 032, em 2019

Valor mais baixo: 98 139, em 2013

Varição percentual mais elevada face ao ano anterior: 6%, em 2017

Varição percentual mais baixa face ao ano anterior: - 1,1%, em 2013

Varição absoluta mais elevada face ao ano anterior: - 6 600 valores em 2017

Varição absoluta mais baixa face ao ano anterior: -1 056 valores em 2013

Mercado de Trabalho - Nível 1

Pessoal ao serviço nos estabelecimentos

Definição

Pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: (...) são considerados os proprietários-gerentes (...) não são consideradas como pessoal ao serviço (...) (iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes")

Dados

Série cronológica: 2010 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: INE- Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Cálculos: OLCPL

46

Evolução

Entre 2010 e 2013 registou-se a diminuição do número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos em todos os territórios, com exceção de Lisboa em 2013. Em 2012 verifica-se a maior redução do número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos registada nos três territórios: em quatro anos Portugal continental perdeu 352 168 funcionários, o que representa cerca de 9%.

Note-se que este indicador inclui os proprietários-gerentes e familiares não remunerados, mas não engloba os trabalhadores independentes, correntemente denominados recibos verdes.

A partir de 2014 a tendência inverte-se e gradualmente o número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos vai aumentando em todos os territórios, sendo o concelho de Lisboa o que regista os maiores aumentos.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Em 2012 existiam no Concelho de Lisboa menos 36 113 pessoas ao serviço dos estabelecimentos do que em 2010, uma redução de cerca de 8%, mas menos acentuada do que na Região (- 9,4%) e no Continente (-8,7%). Por sua vez é no concelho que mais cedo se dá a recuperação, registando logo a partir de 2013 um aumento, contrariamente aos restantes territórios que só no ano seguinte vem a tendência inverter-se. Aumento que se mantém até 2019, registando em 2017 o maior aumento, mais 7,1%.

Pessoal ao serviço dos estabelecimentos						
Ano	Portugal continental	Taxa de variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa de variação	Concelho Lisboa	Taxa de variação
2010 ⊥	3 709 720		1 167 936		433 627	
2011	3 612 282	-2,6	1 133 240	-3,0	424 028	-2,2
2012	3 386 175	-6,3	1 058 519	-6,6	397 514	-6,3
2013	3 357 552	-0,8	1 038 586	-1,9	408 508	2,8
2014	3 434 637	2,3	1 051 707	1,3	409 720	0,3
2015	3 567 289	3,9	1 095 025	4,1	428 801	4,7
2016	3 692 780	3,5	1 126 185	2,8	439 373	2,5
2017	3 881 211	5,1	1 194 128	6,0	470 447	7,1
2018	4 049 276	4,3	1 252 185	4,9	496 577	5,6
2019	4 051 434	0,1	1 318 046	5,3	525 333	5,8

⊥: Quebra de série/comparabilidade

47

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 525 333 em 2019

Valor mais baixo: 397 514, em 2012

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 7,7%, em 2017

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: - 0,3%, em 2014

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: - 31 074 valores em 2017

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: -1 212 valores em 2014

Mercado de Trabalho - Nível 1

Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

Definição

Pessoas desempregadas inscritas nos Centros de Emprego, imediatamente disponíveis para trabalhar (não inclui os ocupados em programas especiais de emprego, formação, nem os imediatamente indisponíveis por razões de saúde).

Dados

Série cronológica: 2004-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Cálculos: OLCP

Evolução

Entre 2004 e 2007, a evolução deste indicador é marcada pela diminuição do número de desempregados em qualquer dos territórios, mas a partir de 2008 este número aumenta continuamente até 2012, sendo que no concelho de Lisboa esta subida verifica-se até 2013.

O ano de mais forte aumento do número de inscritos foi 2009, com uma variação face ao ano anterior superior a 25% a nível nacional e de 30% em Lisboa.

O ano de 2012 foi o segundo a registar maior aumento homólogo, 17% nos três territórios, correspondendo no continente a cerca de mais de 100 000 pessoas.

No ano seguinte houve uma diminuição do número de desempregados inscritos na região de Lisboa e no continente, mas Lisboa continua a registar um aumento de 9%.

É a partir de 2014 que a tendência se inverte, registando uma diminuição crescente do número de pessoas inscritas nos centros de emprego. É em 2017 e 2018 que se verifica a maior descida, 1/5 no continente e na AML, ainda mais acentuada no concelho de Lisboa em 2018, 25%. Em 2019, mantém-se a tendência, com um abrandamento, 8% na cidade de Lisboa, 9% no continente e 10% na AML.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Entre 2004 e 2007, período de redução do desemprego, em Lisboa a diminuição relativa do número de desempregados foi maior do que na Região e no Continente, cerca de 27%.

Porém, a partir desse ano, com o aumento do desemprego, Lisboa, com exceção do ano 2008, no qual a redução foi inferior, e 2009, cujo aumento foi cerca de mais 6 p.p. que o registado no Continente, conheceu uma evolução próxima da verificada nos outros territórios.

Em 2013, a sintonia registada até então foi quebrada, continuando Lisboa a apresentar um aumento do número de desempregados inscritos nos centros de emprego relativamente ao período homólogo, contrariamente ao que se verificou na região e no continente que viram este número diminuir. Contudo, em 2014, o concelho volta a registar um comportamento semelhantes aos restantes territórios e apresenta uma redução do número de inscritos nos centros de emprego de 16%, diminuição que se mantém até 2019, atingindo números inferiores a 2007.

Desempregados inscritos (nº)						
Ano	Portugal Continental	Taxa de variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa de variação	Concelho Lisboa	Taxa de variação
2004	457 864		149 997		22 793	
2005	468 115	2,2	148 054	-1,3	20 690	-9,2
2006	440 125	-6,0	135 995	-8,1	18 983	-8,3
2007	377 436	-14,2	114 686	-15,7	16 614	-12,5
2008	402 545	6,7	91 535	-20,2	16 850	1,4
2009	504 775	25,4	120 135	31,2	22 236	32,0
2010	519 888	3,0	125 807	4,7	22 914	3,0
2011	576 383	10,9	141 448	12,4	25 471	11,2
2012	675 466	17,2	164 650	16,4	29 787	16,9
2013	654 569	-3,1	161 231	-2,1	32 427	8,9
2014	564 312	-13,8	138 857	-13,9	27 334	-15,7
2015	521 611	-7,6	130 454	-6,1	26 472	-3,2
2016	452 652	-13,2	113 079	-13,3	24 451	-7,6
2017	377 791	-16,5	93 666	-17,2	21 441	-12,3
2018	315 093	-16,6	77 899	-16,8	16 159	-24,6
2019	288 176	-8,5	70 252	-9,8	14 846	-8,1

49

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 32.427 em 2013

Valor mais baixo: 14 846 em 2019

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: -5.093 valores em 2014

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 236 valores em 2008

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 32% em 2009

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 1,4% em 2008

Mercado de Trabalho - Nível 2

Nº trabalhadores despedidos em processo coletivo

Definição

Nos termos do artigo 359.º do Código Laboral considera-se despedimento coletivo a cessação de contratos de trabalho promovida pelo empregador, caso se verifique os seguintes requisitos:

- Que a cessação abranja, de forma simultânea ou sucessivamente no período de três meses;
- Pelo menos, dois ou cinco trabalhadores, conforme se trate, respetivamente, de microempresa (até 10 trabalhadores), de pequena empresa (até 50 trabalhadores), média (até 200 trabalhadores) e grande empresa (mais de 200 trabalhadores)

Dados

Série cronológica: 2008 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: DGERT, Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Cálculos: OLCP

50

Evolução

O número de pessoas despedidas em sequência de processos de despedimentos coletivos apresentou um forte aumento no período 2008-2013, registando o Distrito de Lisboa um aumento de mais de 300% e o concelho de 180%.

Esta tendência de crescimento é contrariada a partir de 2014, tanto no distrito como no concelho, com exceção dos anos 2016 e 2018 que registam no distrito, em particular em 2018 um aumento na ordem dos 18%. Esta diminuição ao longo destes cinco anos, coloca ambos os territórios em 2019 com valores inferiores a 2009.

Comportamento de Lisboa face à Região

O concelho de Lisboa viu, entre 2008 e 2019, 17 163 pessoas serem despedidas no âmbito dos processos de despedimentos coletivos na cidade de Lisboa e 31 419 no distrito. Ao longo destes 12 anos, 42% dos despedimentos no concelho ocorreram durante o período de assistência económica e financeira (2011-2014), correspondendo a mais de 7 000 pessoas.

Nº trabalhadores despedidos em processo coletivo (nº)				
Ano	Distrito Lisboa	Taxa de variação	Concelho Lisboa	Taxa de variação
2008	1077		936	
2009	1366	26,8	861	-8,0
2010	2463	80,3	1543	79,2
2011	3937	59,8	2185	41,6
2012	4661	18,4	2363	8,1
2013	4660	0,0	2657	12,4
2014	2861	-38,6	1575	-40,7
2015	2737	-4,3	1455	-7,6
2016	2760	0,8	1244	-14,5
2017	1688	-38,8	880	-29,3
2018	1995	18,2	836	-5,0
2019	1214	-39,1	628	-24,9

51

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 2.657 em 2013

Valor mais baixo: 628 em 2019

Varição absoluta mais elevada face ao ano anterior: -1.082 valores em 2013

Varição absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 44 valores em 2018

Varição percentual mais elevada face ao ano anterior: 79% entre 2010

Varição percentual mais baixa face ao ano anterior: - 5% em 2018

Mercado de Trabalho - Nível 2

Taxa de emprego

Definição

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade)

Dados

Série cronológica: 2005 – 2019

Periodicidade: Anual

Unidade: Número

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IP (INE), Anuários Estatísticos, Inquérito ao Emprego

Cálculos: OLCP

Evolução

No período em análise (2005-2019), os valores de emprego da região de Lisboa (AML a partir de 2013) e de Portugal Continental sofreram algumas alterações que importa destacar. Se até 2013, Portugal continental registava valores mais altos do que a região de Lisboa, desde 2013, a AML apresenta taxas de emprego superiores, o que poderá dever-se exatamente a esta reconfiguração administrativa, sendo esta diferença de cerca de 2%.

Em ambos os territórios, verificou-se um ligeiro crescimento da taxa de emprego, com exceção dos anos de 2009 e 2010 em que ambos registaram uma diminuição da taxa.

A partir de 2010 há uma significativa subida da taxa de emprego, sempre crescente até 2019, atingindo os 70% na AML em 2018 e no continente em 2019.

Taxa de emprego por local de residência		
Ano	Continente	AML
2005	57,2	54,7
2006	57,3	54,6
2007	57,3	54,9
2008	57,4	55,6
2009	55,6	53,7
2010	54,6	52,3
2011	63,8	63,8
2012	61,4	61,2
2013	60,6	60,4
2014	62,6	63,8
2015	63,9	65,7
2016	65,2	67,1
2017	67,8	69,3
2018	69,7	71,3
2019	70,5	71,8

Mercado de Trabalho - Nível 2

Taxa de desemprego

Definição

Proporção da população desempregada no total da população ativa, considerando-se população ativa aquela com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

Dados

Série cronológica: 2005 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IP (INE), Anuários Estatísticos, Inquérito ao Emprego

Cálculos: OLCP

Evolução

Apesar de ambos os territórios caminharem no mesmo sentido em termos de evolução, ao longo da série cronológica aqui apresentada (2005-2019) a região de Lisboa (AML a partir de 2013) apresentou sempre taxas de desemprego superiores às registadas no continente, sendo no período 2011-2014 onde esta diferença se acentua mais, chegando a diferença a ser de dois pontos percentuais.

Este comportamento ascendente fez com que 2013 fosse o ano com a taxa de desemprego mais elevada destes 15 anos em análise, atingindo os 19% na AML e 16% em Portugal.

Desde 2014 a taxa começa a registar uma regressão em ambos os territórios, registando em 2019, 6,5% em Portugal e um pouco mais alta na AML, 7,1%.

Taxa de desemprego		
Ano	Portugal	AML
2005	7,6	8,6
2006	7,6	8,5
2007	8	8,9
2008	7,6	8,2
2009	9,4	9,8
2010	10,8	11,3
2011	12,7	14,1
2012	15,5	17,6
2013	16,2	18,5
2014	13,9	14,9
2015	12,4	13,1
2016	11,1	11,9
2017	8,9	9,5
2018	7,0	7,4
2019	6,5	7,1

Síntese Mercado de Trabalho

Síntese Mercado de Trabalho – concelho de Lisboa

Síntese resultante da média aritmética simples de números índice, com base no ano 2010, de quatro variáveis: desempregados inscritos nos Centros de Emprego, pessoas despedidas em processos de despedimento coletivo, pessoal ao serviço dos estabelecimentos e estabelecimentos. As taxas de emprego e desemprego não sendo calculadas para o concelho, não fazem parte desta síntese.

Dados

Série cronológica: 2010 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: %

Cálculos: OLCPL

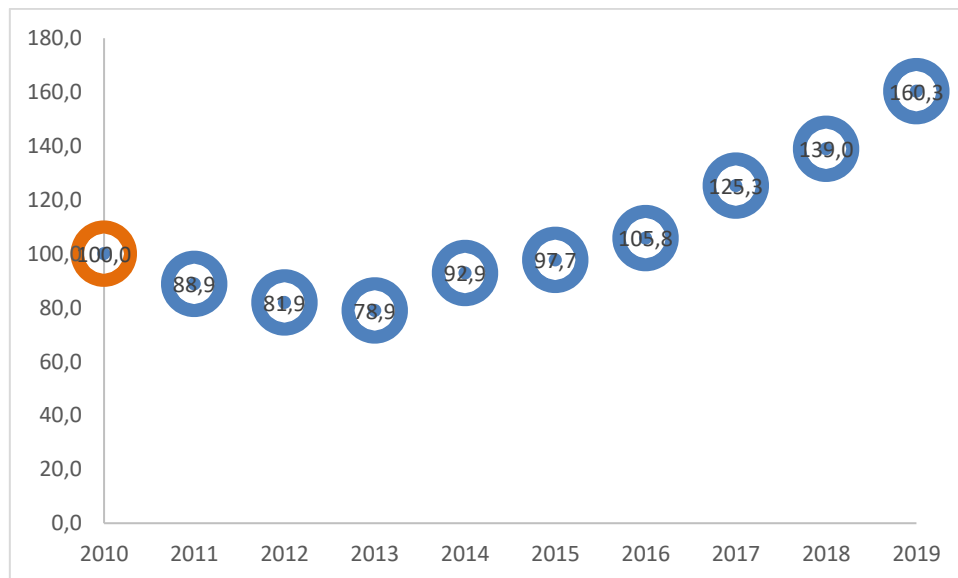
Evolução

Tendo por referência o ano 2010 (base=100) é nítida a degradação contínua dos valores dos indicadores utilizados até ao ano de 2013, começando a partir de 2014 a notar-se uma recuperação crescente que se intensifica em 2017 até ao último ano em análise. Valores que se justificam, sobretudo, pela progressão muito negativa do número de desempregados inscritos e dos despedimentos até 2013 e a inversão desta tendência a partir de 2014.

Números Índice - Concelho Lisboa					
Ano	Estabelecimentos	Pessoal	Desempregados	Despedimentos coletivos	Média
2010	100,0	100,0	100,0	100	100
2011	97,1	97,8	90,0	70,6	88,9
2012	93,7	91,7	76,9	65,3	81,9
2013	92,7	94,2	70,7	58,1	78,9
2014	95,3	94,5	83,8	98,0	92,9
2015	99,2	98,9	86,6	106,0	97,7
2016	104,3	101,3	93,7	124,0	105,8
2017	110,5	108,5	106,9	175,3	125,3
2018	115,2	114,5	141,8	184,6	139,0
2019	120	121,1	154,3	245,7	160,3

Mercado de trabalho
Indicadores Síntese – Concelho Lisboa

57



Educação

As taxas de escolarização, de retenção e desistência constituem informação fundamental para o acompanhamento deste Domínio, em particular pelo seu contributo para compreender a capacidade de o sistema de ensino prosseguir os seus objetivos no sentido da escolarização dos seus alunos e por esse motivo constituem parte dos indicadores monitorizados.

Os indicadores de nível 2 ajudarão a compreender e avaliar melhor a evolução deste domínio na cidade de Lisboa, em particular a taxa de analfabetismo e de abandono escolar, bem como a escolaridade da população residente.

Educação

Indicadores de nível 1:

Taxa bruta de escolarização ensino básico

Taxa bruta de escolarização ensino secundário

Taxa retenção e desistência ensino básico

Taxa retenção e desistência ensino secundário

Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar

Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar

Indicadores de nível 2:

Taxa de analfabetismo

Taxa de abandono escolar

Escolaridade da população residente

Indicadores de alerta:

Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar

Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar

Educação – Nível 1

Taxa bruta de escolarização no ensino básico

Definição

Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, neste caso ensino básico, (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Dados

Série Cronológica: 2004/05-2018/19

Periodicidade: anual

Unidade: %

Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação; Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência

Cálculos: OLCPL

Evolução

No concelho de Lisboa há uma subida constante da Taxa Bruta de Escolarização no ensino básico desde 2004/05 até 2008/09, sendo neste ano letivo que se verifica o maior valor da série aqui analisada e, ao mesmo tempo, o maior aumento registado, o que significa que neste período há um crescimento do número de alunos que deveriam estar a frequentar outro ciclo de ensino.

A partir desse ano letivo verificou-se uma diminuição deste indicador em todos os anos seguintes, com exceção da Região de Lisboa no ano letivo 2011/12, no qual registou um aumento de 1%.

O último ano letivo desta série cronológica (2018/19) é, no período aqui analisado, aquele que apresenta a Taxa Bruta de Escolarização mais baixa em todos os territórios, com um ligeiro aumento de 0,2% em Portugal.

59

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Todos os territórios em todos os períodos temporais analisados apresentam taxas brutas de escolarização no ensino básico superiores a 100%, apresentando o concelho de Lisboa sempre valores superiores face à região e a Portugal. Por exemplo, o valor mais baixo que Lisboa regista (132,3 em 2018/19) ultrapassa o valor mais alto da região de Lisboa em qualquer dos anos em análise (127,2 em 2008/09) e de Portugal (130,6 em 2008/09).

Contudo, regista-se um comportamento semelhante no que respeita à tendência de subida e descida anual da Taxa Bruta de Escolarização, sendo que quando existe uma subida ou descida nos valores, o impacto é sempre maior no concelho de Lisboa.

Taxa Bruta Escolarização – Ensino Básico			
Ano	Portugal	Região de Lisboa/AM Lisboa	Concelho de Lisboa
2004/05	117,4	118,1	168
2005/06	116,6	117,6	171
2006/07	118	119,3	175,2
2007/08	121,3	122,6	180,9
2008/09	130,6	127,2	197,8
2009/10	127,1	123,9	186,7
2010/11	122,2	120,8	181,5
2011/12	117,9	121,6	171,1
2012/13	112,6	116,7	164,1
2013/14	110,3	112,5	154,6
2014/15	110,3	111,1	150,7
2015/16	109,6	109,3	145,5
2016/17	108,9	107,8	139,7
2017/18	108,7	106,9	135,6
2018/19	108,9	106	132,3

60

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 197,8, em 2008/2009

Valor mais baixo: 132,3 em 2018/2019

Varição mais elevada face ao ano anterior: 16,9 valores em 2008/2009

Varição mais baixa face ao ano anterior: 3,0 valores, em 2005/2006

Taxa bruta de escolarização no ensino secundário

Definição

Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, neste caso ensino secundário, (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Dados

Série Cronológica: 2004/05-2018/19

Periodicidade: anual

Unidade: %

Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação; Direção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência

Cálculos: OLCPL

Evolução

O ano letivo 2008/09 quebra a tendência gradual de redução da Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário que se vinha a verificar desde o ano letivo 2004/05. Apesar de a partir do ano 2010/11 os valores começarem novamente a decrescer em todos os territórios, continuam superiores ao registado em 2004/05.

A região de Lisboa (a partir de 2015 denominada Área Metropolitana de Lisboa) e Portugal, no último ano letivo aqui apresentado, continuam com tendência de decréscimo desta taxa no ensino secundário.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O concelho de Lisboa no conjunto dos territórios analisados apresenta em todos os anos Taxas Brutas de Escolarização do Ensino Secundário muito mais elevadas, chegando a diferença a atingir na maioria dos anos letivos mais de 100%. Aliás, a diferença de Lisboa para os restantes territórios acentua-se entre o primeiro e o último ano letivo em análise.

Se no primeiro período entre 2004/5 e 2011/12 as tendências de subida e descida eram coincidentes, ainda que registem valores distintos, em 2012/13 as tendências divergem. Se Portugal e a AML veem, a partir de 2015/16, a sua taxa bruta de escolarização aumentar até ao último ano em análise (2018/19), no concelho de Lisboa a taxa continua a descer até lá.

Taxa Bruta de Escolarização Ensino Secundário			
Ano	Portugal	Região de Lisboa/AM Lisboa	Concelho de Lisboa
2004/05	107,6	124,8	213,2
2005/06	99,5	112,6	196,9
2006/07	102,3	114,9	213,2
2007/08	101	111	211,7
2008/09	146,7	156,3	318
2009/10	146,2	154,6	318,4
2010/11	134,9	142,5	302,1
2011/12	124,9	133,1	280,2
2012/13	121	132,8	287,7
2013/14	116,3	127,6	279,5
2014/15	117,4	128,2	287,7
2015/16	114,7	123,5	281,1
2016/17	118,4	126,5	275,1
2017/18	121	127,7	263,8
2018/19	124	130,5	253,2

62

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 318,4% em 2009/2010

Valor mais baixo: 196,9 % em 2005/2006

Varição mais elevada face ao ano anterior: 106,3 valores, em 2008/2009

Varição mais baixa face ao ano anterior: 0,4 valores, em 2009/2010

Educação – Nível 1

Taxa retenção e desistência no ensino básico

Definição

Taxa de Retenção e Desistência/Ensino Básico: Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Dados

Série Cronológica: 2004/05-2018/19

Periodicidade: anual

Unidade: %

Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação; (*)
Direção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência

Cálculos: OLCPL

63

Evolução

Portugal, a região de Lisboa e o concelho, desde o início do período em análise até 2010/11 registaram uma diminuição gradual da Taxa de Retenção e Desistência no ensino básico.

Contudo, a partir de 2011/12, esta tendência de redução foi interrompida, havendo um aumento no número de alunos que não completou com sucesso o ciclo de ensino frequentado, o que acontece também nos dois anos letivos seguintes.

Em contrapartida, em 2014/15 a descida é acentuada em todos os territórios, registando o valor mais baixo no concelho de Lisboa, 5,5%. Estes valores voltam a subir atingindo em 2016/17 os 8% na capital e os 9% na região e no país.

O último ano letivo aqui em análise - 2018/19 - reflete de novo uma diminuição do valor do indicador em todos os territórios.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O concelho de Lisboa iniciou esta série temporal sendo o território com a taxa de retenção e desistência no ensino básico mais baixa, comparativamente com Portugal e Região de Lisboa, mas esta tendência vai-se esbatendo ao longo dos 15 anos analisados, assumindo em alguns períodos, valores de retenção e resistência superiores à média nacional. Em 2014/15, apesar da descida registada, Lisboa continua a ter os valores mais altos, com 6,7%. Nos últimos anos da serie, 2017/18 e 2018/19 a tendência é para diminuir em todos os território, continuando o concelho com valores superiores à média nacional.

Taxa de Retenção e Desistência Ensino Básico			
Ano	Portugal	Região de Lisboa/AM Lisboa	Concelho de Lisboa
2004/05	11,8	12,3	10,6
2005/06	10,7	11,6	9,9
2006/07	10,1	11,3	10,1
2007/08	7,9	9,7	8,9
2008/09	7,8	9,5	8,9
2009/10	7,9	9,6	8,8
2010/11	7,5	8,9	8,4
2011/12	9,7	11,2	10,9
2012/13	10,4	11,4	10,7
2013/14	10	11,2	10,5
2014/15	5,5	6,5	6,7
2015/16	6,6	7,5	7,6
2016/17	7,9	9	8,8,
2017/18	5,1	6,1	6,3
2018/19	3,8	4,9	4,7

64

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 10,9 % em 2011/2012

Valor mais baixo: 4,7%. em 2018/19

Varição mais elevada face ao ano anterior: 2,5 valores em 2011/2012; -2,5% 2017/18

Varição mais baixa face ao ano anterior: 0 valores em 2008/2009

Educação – Nível 1

Taxa retenção e desistência no ensino secundário

Definição

Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Dados

Série Cronológica: 2004/05-2018/19

Periodicidade: anual

Unidade: %

Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação; (*)
Direção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência

Cálculos: OLCPL

Evolução

Os valores da Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário caracterizam-se por uma redução até ao letivo 2008/09 em todos os territórios, significando uma redução de alunos que ficaram retidos no mesmo ano, seja por desistência, seja por insucesso.

Nos quatro anos letivos seguintes, sobretudo em 2010/11, esta tendência quebra-se e verifica-se um aumento da Taxa de retenção e desistência, sendo este aumento superior no concelho de Lisboa, mantendo valores superiores a 20%.

A partir do ano letivo seguinte, 2014/15 a taxa de retenção inicia um caminho de descida que se mantém no último ano disponível.

Em 2018/19 as taxas registadas nos três territórios são cerca de metade dos valores registados em 2004/2005.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Comparativamente com a região de Lisboa, o concelho apresentou em todos os anos em análise, um comportamento mais positivo no que se refere aos valores da taxa de retenção e desistência no ensino secundário, havendo menos alunos que ficaram retidos ou que desistiram.

Em relação ao país, o concelho de Lisboa possuía valores inferiores até 2009/10, contudo, a partir desse ano o percurso inverteu-se e Lisboa ultrapassa os valores registados em Portugal em cerca de 1,5 p.p., piorando assim os valores que dizem respeito à taxa de retenção e desistência no ensino secundário.

Taxa de Retenção e Desistência Ensino Secundário			
Ano letivo	Portugal	Região de Lisboa/AM Lisboa	Concelho de Lisboa
2004/05	32,1	32,9	29,7
2005/06	31,1	31,7	28,6
2006/07	24,8	26,7	23,3
2007/08	21	23,5	20,2
2008/09	19,1	21,5	18,2
2009/10	19,3	21,9	18,7
2010/11	20,8	24,7	22,1
2011/12	20,1	23,7	21,2
2012/13	19	22,7	20,5
2013/14	18,5	21,8	20,6
2014/15	16,6	19,8	18,5
2015/16	15,7	19,2	17,5
2016/17	15,1	19	17,8
2017/18	13,9	17,6	15,6
2018/19	13,1	16,6	14,5

66

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 29,7 % em 2004/05

Valor mais baixo: 14,5 % em 2018/19

Varição mais elevada face ao ano anterior: -5,3 valores em 2006/07

Varição mais baixa face ao ano anterior: 0,3 valores em 2016/17

Educação – Nível 1

Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar

Definição

Alunos inscritos no 1º ciclo do ensino básico cujas condições de recursos dos agregados familiares implicam a aplicação das medidas da ação social escolar inscritas nas modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos reguladas pelo Despacho n.º 18987/2009, DR, 2ª série, de 17 de Agosto com as alterações constantes dos Despachos n.º 14368-A/2010, DR, 2ª série, de 14 de Setembro, e n.º 12284/2011, DR, 2ª série, de 19 de Setembro, n.º 11861/2013, DR, 2ª série, de 12 de Setembro e Despacho n.º 11306-D/2014 167 KB publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 172, de 8 de setembro de 2014 (*in* Câmara Municipal de Lisboa).

Dados

Série Cronológica: 2007/08-2018/19

Periodicidade: anual

Unidade: %

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação

Cálculos: OLCPL

Evolução

A partir do ano letivo 2008/09 a 2010/11 há um aumento de alunos do ensino pré-escolar que recebem apoio escolar, verificando-se mesmo a maior diferença percentual entre anos (+14%) no período 2009/10, valor este que sofre uma redução nos dois anos letivos seguintes.

Contudo, esta tendência de redução é quebrada em 2013/14, onde metade (51%) das crianças inscritas beneficia de apoio social escolar, o valor mais elevado desde o início da série, registando um aumento de treze pontos face ao ano letivo anterior.

Apesar desta proporção ter começado a baixar, o peso de crianças inscritas no pré-escolar com apoio social mantém-se elevado, registando em 2018/19 nos 46%, quase metade das crianças a frequentar o nível pré-escolar, nunca voltando a atingir os números anteriores a 2013/14.

Crianças inscritas na Educação Pré-escolar com Apoio Social Escolar - Concelho de Lisboa			
Ano Letivo	Inscrições	ASE (Escalões A+B)	%
2007/08	3 161	1 083	34%
2008/09	3 251	897	28%
2009/10	3 636	1 528	42%
2010/11	3 954	1 711	43%
2011/12	4 267	1 659	39%
2012/13	4 340	1 647	38%
2013/14	4 413	2 246	51%
2014/15	4 564	2 131	47%
2015/16	4 529	2 120	47%
2016/17	4 646	2 135	46%
2017/18	4 794	2 157	45%
2018/19	4 839	2 206	46%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 51% em 2013/2014

Valor mais baixo: 28% em 2008/2009

Varição mais elevada face ao ano anterior: 14 valores em 2008/2010

Varição mais baixa face ao ano anterior: 1 valor em 2010/2011 e 2018/19

Educação – Nível 1

Percentagem de alunos matriculados no 1º. ciclo do ensino básico com apoio social escolar

Definição

Alunos inscritos no 1º ciclo do ensino básico cujas condições de recursos dos agregados familiares implicam a aplicação das medidas da ação social escolar inscritas nas modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos reguladas pelo Despacho n.º 18987/2009, DR, 2ª série, de 17 de Agosto com as alterações constantes dos Despachos n.º 14368-A/2010, DR, 2ª série, de 14 de Setembro, e n.º 12284/2011, DR, 2ª série, de 19 de Setembro, n.º 11861/2013, DR, 2ª série, de 12 de Setembro e Despacho n.º 11306-D/2014 167 KB publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 172, de 8 de setembro de 2014 (*in* Câmara Municipal de Lisboa).

Dados

Série Cronológica: 2007/08-2018/19

Periodicidade: anual

Unidade: %

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação

Cálculos: OLCPL

Evolução

Verifica-se nos três primeiros anos letivos uma tendência de crescimento da percentagem de alunos do 1º ciclo com apoio social escolar, registando-se mesmo entre os dois primeiros anos o maior aumento (+9%).

Esse crescimento é interrompido a partir de 2010/11 e durante os dois anos letivos seguintes, traduzindo-se numa redução de alunos beneficiários de ajuda escolar.

O ano 2013/14, regista um novo aumento, sendo o período cuja percentagem chega a ser a segunda mais elevada da série, revelando um agravamento nas condições económicas dos agregados familiares, proporção que vai decrescendo até ao último ano disponível, 39% em 2018/19, ainda superior ao primeiro ano da série.

Alunos matriculados no1º ciclo do Ensino Básico com Apoio social escolar (%)			
Ano Letivo	Inscrições	ASE (Escalões A+B)	%
2007/08	15 556	5 875	38%
2008/09	15 404	7 292	47%
2009/10	15 367	7 527	49%
2010/11	14 746	6 608	45%
2011/12	14 760	6 568	44%
2012/13	14 821	6 025	41%
2013/14	14 316	6 811	48%
2014/15	14 382	6 248	43%
2015/16	14 052	6 581	47%
2016/17	14 281	5 881	41%
2017/18	14 138	5 839	41%
2018/19	13 846	5 454	39%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 49% em 2009/10

Valor mais baixo: 38% em 2007/08

Varição mais elevada face ao ano anterior: 10 valores em 2008/09

Varição mais baixa face ao ano anterior: 0 valor em 2017/18

Educação – Nível 2

Taxa de analfabetismo

Definição

Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Dados

Série Cronológica: 1981-2011

Periodicidade: decenal

Unidade: %

Fonte: INE, Censos

Cálculos: OLCPL

Evolução

A taxa de analfabetismo registou uma tendência de redução ao longo dos anos, apenas quebrada no concelho de Lisboa em 2001, sendo dos três territórios o único a apresentar um ligeiro aumento. A década de 90 foi a que sentiu a maior redução em todos os territórios.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

A população no concelho de Lisboa nas últimas quatro décadas revelou sempre níveis de iliteracia inferiores à população nacional, estando os valores muito próximos dos registados na região de Lisboa.

Apesar de entre 1981 e 2011 Portugal ser dos três territórios em análise aquele com maiores reduções na taxa de analfabetismo, passando o seu valor de 18,6 para 5,2, o concelho e a região de Lisboa continuam em 2011 a apresentar o valor mais baixo, existindo três em cada cem

peças com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, enquanto em Portugal este valor corresponde a cinco em cada cem pessoas.

	Taxa analfabetismo		
Ano	Portugal	Região de Lisboa	Concelho de Lisboa
1981	18,6	10,9	9,3
1991	11,0	6,1	5,7
2001	9,0	5,7	6,0
2011	5,2	3,2	3,2

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 9,3% em 1981

Valor mais baixo: 3,2% em 2011

Varição mais elevada face ao ano anterior: -3,6 valores, em 1981/1991

Varição mais baixa face ao ano anterior: 0,3 valores em 1991/2001

Educação – Nível 2

Taxa de abandono escolar

Definição

Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei. (População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos)*100.

Dados

Série Cronológica: 1991-2011

Periodicidade: decenal

Unidade: %

Fonte: INE, Censos

Cálculos: OLCPL

73

Evolução

O abandono escolar sofreu uma redução nas três décadas em análise, sobretudo nos anos 90 tendo registado a nível nacional uma redução que quase atingiu os 10%, sendo o concelho de Lisboa, a seguir a Portugal, onde as melhorias se fazem sentir. De 6,2 % em 1991, metade do valor registado em Portugal, passa para 1,7 % em 2011, ligeiramente acima do valor nacional, concluindo-se assim que cerca de duas pessoas entre os 10 e os 15 anos em cada cem abandonavam o ensino antes de concluir a escolaridade obrigatória.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O concelho de Lisboa apresenta em 1991 e 2001 valores de abandono escolar que o colocam numa melhor posição face a Portugal e num lugar ligeiramente inferior face à região.

Contudo, a tendência de redução verificada nos restantes territórios ao logo das décadas também é sentida no concelho, indicando que há menos pessoas entre os 10 e os 15 anos a desistir do ensino obrigatório, provocando uma melhoria do indicador.

	Taxa analfabetismo		
Ano	Portugal	Região de Lisboa	Concelho de Lisboa
1991	12,6	5,2	6,2
2001	2,8	1,9	2,2
2011	1,6	1,7	1,7

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 6,2 % em 1991

Valor mais baixo: 1,7 % em 2011

Varição mais elevada face ao ano anterior: -4,0, em 1991/2001

Varição mais baixa face ao ano anterior: -0,5 em 2001/2011

Educação – Nível 2

População residente e nível de escolarização

Definição

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Dados

Série Cronológica: 2001-2011

Periodicidade: decenal

Unidade: %

Fonte: INE, Censos

Cálculos: OLCPL

Evolução

Em dez anos, tanto a população do concelho e região de Lisboa como os residentes nacionais melhoram os seus níveis de escolarização. Apesar desta melhoria se ter traduzido no aumento de população com escolarização para níveis escolares mais elevados, como o ensino secundário e superior (tendo este grau de ensino no concelho um aumento correspondente a 59% e em Portugal a 85%), as habilitações literárias que continuavam a predominar em 2011, em todos os territórios, eram as correspondentes ao ensino básico.

75

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Tal como a região e o País, o concelho de Lisboa nestes 10 anos diminuiu a população residente sem escolarização e apenas com o ensino básico, tendo neste último caso diminuído mais que os restantes territórios. Apesar de os residentes com o ensino secundário terem reduzido, ao contrário do que se verificou em Portugal e na região que registaram um aumento, Lisboa viu crescer os residentes com ensino superior, sendo o segundo grau de ensino que concentra mais população.

População residente e nível de escolarização (%)												
ANO	Concelho Lisboa				Região Lisboa				Portugal			
	S/	E.	E.	E.	S/	E.	E.	E.	S/	E.	E.	E.
	Esc.	Bas.	Sec.	Sup	Esc.	Bas.	Sec.	Sup	Esc.	Bas.	Sec.	Sup
2001	26,4	55,4	11	6,5	20,9	51,7	15,8	10,5	19,1	46,0	16,1	17,2
2011	18,9	54,8	14,3	12	16,8	49,0	17,4	16,7	15	41,8	15,7	27,4

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 46% em 2001 (ensino básico) e 41,8% em 2011 (ensino básico)

Valor mais baixo: 17,2% em 2001 (ensino superior) e 15,0 em 2011 (sem escolarização)

Varição mais elevada face ao ano anterior: 10,2 (ensino superior)

Varição mais baixa face ao ano anterior: -0,4 (ensino secundário)

Síntese Educação

Síntese Educação – concelho de Lisboa

Síntese resultante da média aritmética simples de números índices, com base no ano 2008, de 4 variáveis: Taxa bruta de escolarização ensino básico, Taxa bruta de escolarização ensino secundário, Taxa de retenção e desistência ensino básico, Taxa de retenção e desistência ensino secundário.

Dados

Série cronológica: 2007/08 – 2018/19

Periodicidade: anual

Unidade: %

Cálculos: OLCP

Evolução

Tendo por referência o ano 2007/08 (base=100) nota-se uma pequena melhoria do índice no ano letivo seguinte de 1,1% provocado pela redução dos valores da taxa bruta de escolarização e da taxa de retenção e desistência no ensino básico.

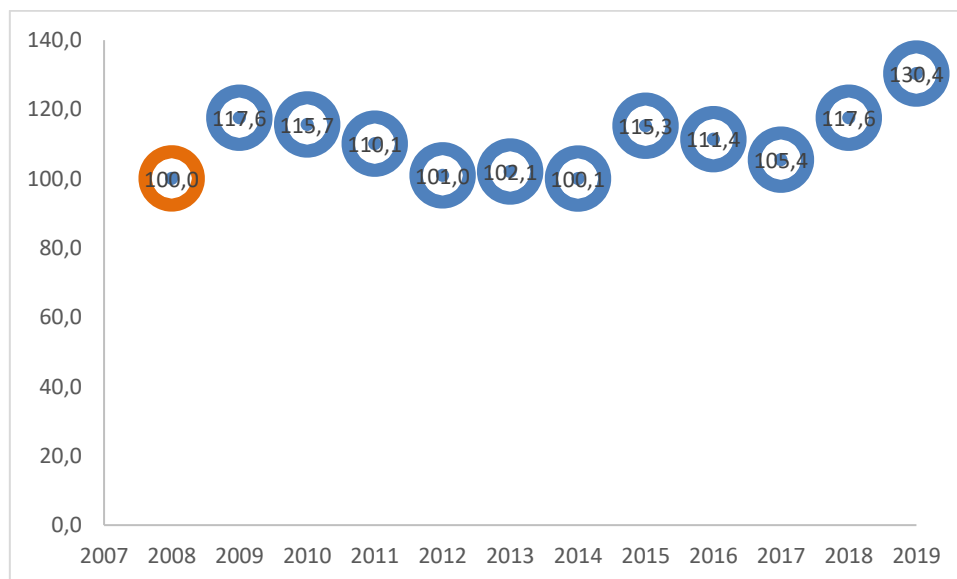
Contudo, nos dois anos seguintes, o valor baixa, reflexo do aumento da taxa de retenção e desistência no ensino básico (ano letivo 2011/12) e no ensino secundário (nos anos letivos 2009/10 e 2010/11), provocando um agravamento do índice.

O valor índice volta a aumentar nos anos letivos seguintes na sequência da melhoria dos indicadores das taxas de retenção e desistência no ensino básico e secundário.

Números Índice – Concelho Lisboa					
Anos	T.Bruta	T.Bruta	T.R.D	T.R.D.	MÉDIA
	Ens. Basico	Ens. Secun.	Ens.Basico	Ens. Secun.	
2007/08	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2008/09	109,3	150,2	100,0	111,0	117,6
2009/10	103,2	150,4	101,1	108,0	115,7
2010/11	100,3	142,7	106,0	91,4	110,1
2011/12	94,6	132,4	81,7	95,3	101,0
2012/13	90,7	135,9	83,2	98,5	102,1
2013/14	85,5	132,0	84,8	98,1	100,1
2014/15	83,3	135,9	132,8	109,2	115,3
2015/16	80,4	132,8	117,1	115,4	111,4
2016/17	77,2	129,9	101,1	113,5	105,4
2017/18	75,0	124,6	141,3	129,5	117,6
2018/19	73,1	119,6	189,4	139,3	130,4

Educação

Indicadores Síntese – Concelho Lisboa



Habitação

Os indicadores que irão ser acompanhados e, neste caso, também considerados indicadores de alerta, estão sobretudo relacionados com despesas associadas à manutenção de uma habitação, como são os consumos de energia e água, mas também com os pedidos de habitação de renda controlada que anualmente são solicitados no âmbito do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal (RRAHM), os pedidos de subsídio municipal de arrendamento e as candidaturas ao Programa Renda convencionado.

Os indicadores de nível 2, Despesa anual média por agregado – habitação (%) e Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos (%), ajudarão a compreender e avaliar melhor a evolução deste domínio na cidade de Lisboa.

Esta dimensão deixou de integrar as seguintes variáveis pelas razões que se apresentam de seguida:

- Cortes de água efetuados/ avisos emitidos (Nº), não tendo sido possível obter estes dados junto da fonte desde 2014;

-Consumo de gás butano (toneladas), porque se considerou que o seu consumo tem vindo a diminuir, nomeadamente pelo alargamento da rede de gás natural.

Finalmente, importa referir que tendo surgido em 2013 um conjunto importante de medidas municipais de apoio à habitação, se considerou mais oportuno iniciar o índice no referido ano passando dados relativos a estas medidas.

Habitação

Indicadores Nível 1

Nº de pedidos de habitação municipal ao abrigo do RRAHM
Nº de pedidos de Subsídio municipal de arrendamento
Nº de candidaturas ao Programa Renda convencionada
Consumo de energia elétrica por consumidor doméstico

Indicadores Nível 2

Despesa anual média por agregado – habitação (%)
Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos (%)

Indicadores de alerta

Nº de pedidos de habitação municipal ao abrigo do RRAHM
Nº de pedidos de Subsídio municipal de arrendamento
Nº de candidaturas ao Programa Renda convencionada

80

Habitação – Nível 1

Número de pedidos de habitação municipal no âmbito do Regulamento do Regime de Acesso a Habitação Municipal (RRAHM)

Definição

Número de pedidos de habitação municipal, habitação de custo controlado, propriedade do município, de acordo com o regulamento do regime de acesso a habitação municipal, norma regulamentar com o intuito de regular as condições de acesso e os critérios de seleção para atribuição do direito à habitação.

Dados

Série Cronológica: 2010-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Habitação (relatórios de monitorização)

Cálculos: OLCPL

81

Evolução

O regulamento de acesso à habitação municipal (RRAHM), de dezembro de 2009 entrou em vigor em 2010 registando logo nesse ano um elevado número de pedidos, superior a 5000. O número de pedidos estabilizou a partir de 2011 nos três milhares. É em 2016 que os pedidos voltam a aumentar significativamente para próximo dos registados em 2010. Em 2017 os pedidos de habitação municipal continuam a aumentar, registando nesse ano o maior número de sempre, 6312 pedidos. Nos dois anos seguintes, verifica-se um decréscimo, mantendo-se próximo dos 5000 pedidos.

A análise dos pedidos e das candidaturas homologadas, transparecem dois fatos preocupantes, para além do aumento significativo do número de pedidos, a proporção dos que são classificados e integram as candidaturas homologadas é maior, o que faz com que o número de candidaturas homologadas atinja o seu maior número em 2019 com 4277 famílias a aguardar atribuição de habitação municipal.

Habitação Municipal			
Ano	Nº de Pedidos entrados (PE)	Candidaturas homologada (CH)	Candidaturas homologadas/Nº pedidos (%)
2010	5414	4032	74,5%
2011	3739	2573	68,8%
2012	3795	2623	69,1%
2013	3411	2540	74,5%
2014	3818	2876	75,3%
2015	3972	2792	70,3%
2016	5314	3306	62,2%
2017	6312	3772	59,8%
2018	4753	3952	83,1%
2019	4814	4277	88,8%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 6312 em 2017 (PE); 4.277 em 2019 (CH); 88,8% em 2019 (CH/ PE)

Valor mais baixo: 3.411 em 2013 (PR); 2540 em 2013 (CH); 59,8% em 2017 (CH/ PE)

Varição absoluta mais elevada face ao ano anterior: -1.675 valores em 2011

Varição absoluta mais baixa face ao ano anterior: 56 valores em 2012

Varição percentual mais elevada face ao ano anterior: -33,8% em 2016

Varição percentual mais baixa face ao ano anterior: 1,3% em 2019

Habituação – Nível 1

Número de pedidos de Subsídio municipal de arrendamento

Definição

Número de pedidos de subsídio municipal de arrendamento, medida transitória de apoio dirigido aos agregados em situação económica difícil, incluída no Plano de Emergência Social do Município, tendo como objetivo a resolução do seu problema habitacional através do arrendamento no mercado privado.

Dados

Série Cronológica: 2013-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Habitação (relatórios de monitorização)

Cálculos: OLCPL

Evolução

O subsídio municipal de arrendamento, uma medida de política pública que integra o Plano de Emergência Social do Município, surgiu em setembro de 2013. Nesse ano teve 88 pedidos, tendo sido atribuído a 48 agregados familiares. Desde então o número de pedidos anual tem vindo a aumentar, atingindo o seu máximo nos anos de 2016 e 2017, com 298 e 341, respetivamente. Nem todos os subsídios solicitados são atribuídos. O ano de 2017 e 2018 são os anos em que foram atribuídos mais subsídios, 193 e 190, 65% e 56%, respetivamente.

Subsídios municipal de arrendamento				
Ano	Candidaturas	Atribuídos	taxa de variação dos subsídios atribuídos	% proporção de candidaturas
2013	88	48		54,5
2014	120	75	56,3	62,5
2015	232	137	82,7	59,1
2016	298	193	40,9	64,8
2017	341	190	-1,6	55,7
2018	228	228	-22,6	64,5
2019	276	276	22,4	65,2

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 341 em 2017 (cand.); 4.277 em 2016 (atrib.); 65,2% em 2019 (cand/atrib.)

Valor mais baixo: 88 em 2013 (cand); 48 em 2013 (atrib); 54,5% em 2017 (cand/atrib.)

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: -3 valores em 2016

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: -180 valores em 2019

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 82,7% em 2015

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -22,4% em 2019

Habituação – Nível 1

Número de candidaturas ao Programa renda convencionada

Definição

Número de candidaturas ao programa renda convencionada

Dados

Série Cronológica: 2013-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Habitação (relatórios de monitorização)

Cálculos: OLCPL

Evolução

Em janeiro de 2013 surge o programa municipal renda convencionada que conta logo no primeiro ano com 690 candidaturas apresentadas por 309 candidatos. Depois de uma ligeira descida no ano seguinte, em 2015 os números aumentam exponencialmente, registando 3 111 candidaturas, número que continua a aumentar até 2018, quando regista 64 815 candidaturas apresentadas por 9 673 pessoas. Em 2019 estes números decrescem significativamente para 12 021 candidaturas. Importa referir que esta descida se pode dever ao menor número de edições do Programa, tendo apenas existido uma edição, contrariamente ao anteriores.

85

Ano	Nº de candidaturas	Nº de candidatos	tx de variação nº de candidatos
2013	690	309	
2014	487	373	20,7
2015	3 111	1 068	186,3
2016	17 158	3 018	182,6
2017	39 024	8 752	190,0
2018	64 815	9 673	10,5
2019	12 021	2 168	-77,6

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 9673 candidatos em 2017

Valor mais baixo: 309 candidatos em 2013

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 5734 valores em 2016

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 64 valores em 2014

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 190% em 2017

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 10,5% em 2019

Habituação – Nível 1

Consumo de energia elétrica por consumidor doméstico (kWh)

Definição

Energia elétrica consumida por consumidor doméstico (medida em kWh).

Dados

Série Cronológica: 2006 a 2019

Periodicidade: anual

Unidade: kWh

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, Indicadores de energia por Município

Cálculos: OLCPL

Evolução

O consumo de energia elétrica por consumidor doméstico no período de quatorze anos analisado, vai oscilando, com períodos de aumento, como os anos de 2009 e 2010, seguindo de um período de três anos a descer. Em 2014 o aumento dispara, particularmente no concelho de Lisboa, registando um aumento e 8% mas segue-se um novo período em que o consumo decresce até 2018, registando novo aumento em todos os territórios. No último ano para o qual existe informação, o consumo volta a descer em todos os territórios, com um valor na AML e no concelho inferior à média nacional.

87

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O concelho de Lisboa regista um consumo de eletricidade muito semelhante à AML e a totalidade do territorial português, ou seja, o consumo tende a ter o mesmo sentido, contudo essas variações registam valores mais elevados no concelho. É disso exemplo o ano de 2008, no qual se verifica uma diminuição mais acentuada do que nos restantes territórios (5,2%), para logo no ano seguinte registar um aumento também mais elevado do que os restantes (9%). O mesmo acontece em 2014, registando um aumento de 8%, face aos 3,5% da AML e os 1,4% da

média nacional. Esta tendência inverte-se nos dois últimos anos em análise: em 2018 o consumo em Lisboa aumenta menos do que nos restantes territórios e em 2019 diminui menos do que nos restantes.

Consumo de energia elétrica por consumidor						
Ano	Portugal	Taxa de variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa de variação	Concelho de Lisboa	Taxa de variação
2006	2543,8		2498,6		2477,7	
2007	2611,2	2,6	2467,1	-1,3	2460	-0,7
2008	2510,3	-3,9	2355,1	-4,5	2331,9	-5,2
2009	2629,3	4,7	2531,4	7,5	2541,6	9,0
2010	2671,6	1,6	2575,2	1,7	2635,1	3,7
2011	2530,7	-5,3	2454,2	-4,7	2481,8	-5,8
2012	2394,7	-5,4	2299,9	-6,3	2316,8	-6,6
2013	2289	-4,4	2195,3	-4,5	2234,3	-3,6
2014	2243,2	1,4	2167,5	3,5	2214	8,0
2015	2228,3	-2,7	2142,4	-2,0	2192,8	-1,6
2016	2342,9	-5,7	2159,5	-4,0	2127,2	-2,4
2017	2138,6	0,4	2087,6	-2,3	2234,1	-3,6
2018	2314,1	8,2	2221,5	6,4	2348,4	5,1
2019	2222,5	-4,0	2166	-2,5	2293,2	-2,4

88

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 2.635,10 kWh (2010)

Valor mais baixo: 2127,20 kWh (2016)

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 9,0 p.p. em 2009

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -0,7 p.p. em 2007

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 209,70 valores em 2009

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: -17,70 valores em 2007

Habituação – Nível 2

Despesa anual média por agregado – despesas com habitação

Definição

Percentagem de gastos que os agregados familiares têm em despesas com habitação (incluindo renda de casa, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis)

Dados

Série Cronológica: 2005/2006; 2010/2011; 2015/2016

Periodicidade: quinquenal

Unidade: %

Fonte: INE, Inquérito às despesas das famílias

Cálculos: OLCPL

Evolução

A importância das despesas em habitação no total dos encargos mantém uma tendência crescente nos agregados familiares, tanto em Portugal como na região de Lisboa.

Importa destacar que a região de Lisboa apresenta valores superiores aos nacionais. Apesar de a despesa média anual de habitação por agregado ter registado um crescimento entre os três períodos em análise também em Portugal, a região de Lisboa continuar a registar valores superiores.

89

Despesa anual média por agregado - Habitação (%)		
Anos	Portugal	Região de Lisboa/AM Lisboa
2005/2006	26,6	27,4
2010/2011	29,2	31,0
2015/2016	31,9	32,7

Habituação – Nível 2

Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos e residência habitual

Definição

Renda do alojamento é o quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais

Dados

Série Cronológica: 2001 e 2011

Periodicidade: decenal

Unidade: %

Fonte: INE, Censos

Cálculos: OLCPL

Evolução

Verifica-se em 10 anos em todos os territórios em análise um aumento do peso percentual dos alojamentos familiares com um valor de renda mais elevado.

Em Lisboa, o escalão de renda dos alojamentos familiares arrendados que prevalece é o da categoria inferior a 100€, no entanto, em 2011 as casas com rendas de 500€ ou mais triplicou.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Tal como no concelho, também na região e em Portugal em 10 anos as rendas inferiores a 100€, apesar de continuarem a prevalecer, perderam a importância que tinham em 2001, tendo os alojamentos com rendas superiores ganhado mais relevância.

Assim, em Lisboa, na região e no país, as rendas acima dos 300€ obtiveram um incremento grande, contudo, em Lisboa a presença de alojamentos cujo valor do arrendamento ultrapassa os 500€ tem uma presença mais forte, sendo a segunda categoria de preços com mais relevância.

91

Alojamentos familiares clássicos arrendados por escalões de renda (%)						
Ano	Portugal		Região Lisboa		Concelho Lisboa	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<100€	59,4%	32,4%	66,0%	34,5%	71,4%	38,7%
100€ - 199,99€	17,3%	15,6%	10,7%	11,0%	11,1%	14,2%
200€ - 299,99€	12,4%	17,2%	8,4%	10,2%	5,0%	7,9%
300€ - 399,99€	6,7%	19,2%	7,5%	19,1%	3,8%	12,7%
400€ - 499,99€	2,3%	7,3%	3,7%	10,3%	3,3%	6,8%
500€ ou mais	1,9%	8,2%	3,7%	14,8%	5,4%	19,8%

Síntese Habitação

Síntese Habitação – concelho de Lisboa

Índice resultante da média aritmética simples de números índices, com base no ano 2013, de quatro variáveis: Número de pedidos de habitação municipal, Número de pedidos de Subsídio municipal de arrendamento, Número de Candidaturas Renda Convencionada e Consumo de energia elétrica.

Dados

Série Cronológica: 2013-2019

Periodicidade: anual

Unidade: %

Cálculos: OLCPL

Evolução

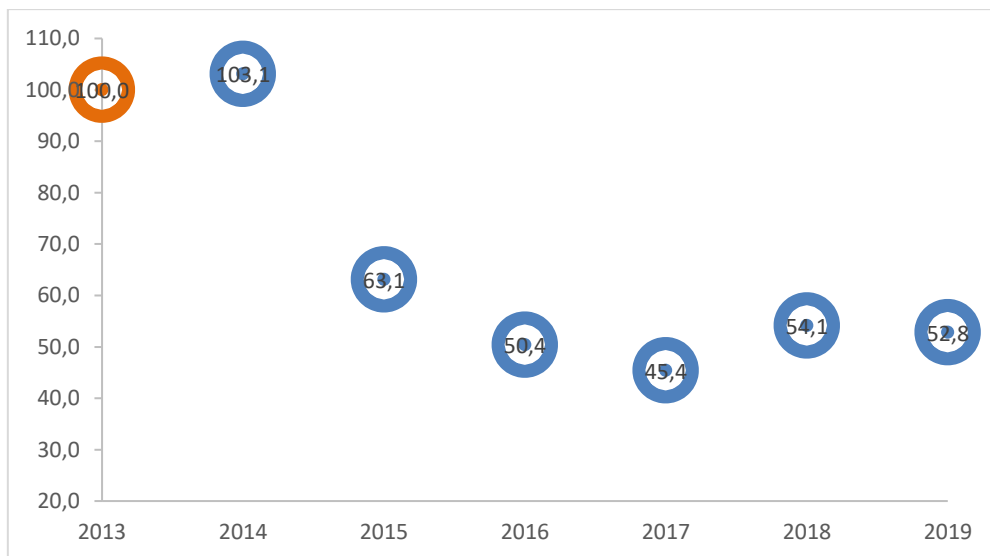
Tendo por referência o ano 2013 (base=100) nota-se uma evolução positiva entre 2013 e 2014, atingindo o valor de 103,1 em 2014. Esta melhoria está relacionada com o aumento do consumo de energia elétrica por consumidor doméstico.

No ano seguinte, assiste-se a uma redução de 40 valores, provocado pelo aumento exponencial do número de candidatos às medidas públicas de habitação, que ilustram os problemas associados ao acesso à habitação, agudizados na última década no concelho.

Números Índice					
Ano	Nº de pedidos entrados de habitação municipal	Candidaturas ao subsídio municipal de arrendamento	Candidaturas ao Programa renda convencionada	Consumo de Energia Elétrica por Consumidor Doméstico	MÉDIA
2013	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2014	89,3	73,3	141,7	108,0	103,1
2015	85,9	37,9	22,2	106,2	63,1
2016	64,2	29,5	4,0	103,7	50,4
2017	54,0	25,8	1,8	100,0	45,4
2018	71,8	38,6	1,1	105,1	54,1
2019	70,9	31,9	5,7	102,6	52,8

94

Habitação
Indicadores Síntese - Concelho Lisboa



Demografia

O enquadramento demográfico revela-se, pela sua importância na compreensão das diversas dimensões sociais que o compõem, determinante para contextualizar o conjunto de informação a ser trabalhada no Referencial Estratégico, mas também pelo facto de o concelho de Lisboa viver situações intimamente ligadas à sua dimensão urbana (da sua região e da área metropolitana onde se insere), com as características próprias de um território de forte concentração de população, de recursos, de oportunidades, mas também de desigualdades sociais extremadas no acesso aos recursos e de exclusão.

A par disso, a cidade de Lisboa apresenta características próprias, distintivas, que não podem ser confundidas no conjunto da realidade regional que a rodeia, se bem que devam ser compreendidas tendo essa realidade em conta.

Devido às suas características esta área não possui a categorização de indicadores em níveis

Demografia

Indicadores

População residente

Índice Envelhecimento

Índice Dependência Idosos

Índice de Dependência de Jovens

Índice de Longevidade

Índice de Renovação

Demografia

População residente

Definição

Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres

Dados

Unidade: número

Série Cronológica: 2004-2019

Periodicidade: anual

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Evolução

A nível nacional regista-se, entre 2004 e 2019, uma diminuição populacional, menos 198 763 +pessoas, destes, $\frac{1}{4}$, 48 504, eram residentes no concelho de Lisboa. Contrariamente, a AML viu a sua população aumentar, mais 13 082 residentes. um aumento do número de residentes ao longo dos primeiros seis anos desta série, tendência que a Região acompanha e prossegue até 2011, terminando este período de oito anos com um acréscimo de quase 95.000 pessoas, correspondente a um aumento de 3% dos seus residentes.

As estimativas relativamente ao número de residentes indicam que o concelho de Lisboa ao longo deste período temporal indicam que a tendência para a perda de população até 2015, começa a inverter-se progressivamente, registando variações positivas baixas, tendência que se mantém até ao último ano da série, 2019.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O concelho de Lisboa, contrariamente à região, conhece uma forte perda de população neste período em análise, estimando-se que ¼ da perda de população nacional diz respeito a este concelho, como referido, 48 504 em 198 763.

Assiste-se, portanto, a uma tendência de atração de população por parte da Região de Lisboa pelo menos até ao ano 2015. Desde então, ambas as regiões registam aumentos, o que poderá significar processos migratórios distintos, nomeadamente a atração de imigrantes pelo concelho de Lisboa.

População residente						
Ano	Portugal	Taxa Variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	Taxa Variação	Concelho Lisboa	Taxa Variação
2004	10494672		2732440		558019	
2005	10511988	0,2	2745623	0,5	555715	-0,4
2006	10532588	0,2	2759501	0,5	553646	-0,4
2007	10553339	0,2	2775675	0,6	552118	-0,3
2008	10563014	0,1	2792105	0,6	550934	-0,2
2009	10573479	0,1	2808205	0,6	549998	-0,2
2010	10572721	0,0	2822761	0,5	548422	-0,3
2011	10542398	-0,3	2827050	0,2	537412	-2,0
2012	10487289	-0,5	2818388	-0,3	524282	-2,4
2013	10427301	-0,6	2807525	-0,4	511667	-2,4
2014	10374822	-0,5	2809168	0,1	509312	-0,5
2015	10341330	-0,3	2812678	0,1	504471	-1,0
2016	10309573	-0,3	2821349	0,3	504964	0,1
2017	10291027	-0,2	2833679	0,4	506088	0,2
2018	10276617	-0,1	2846332	0,4	507220	0,2
2019	10295909	0,2	2863272	0,6	509515	0,5

98

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 558.019, em 2004

Valor mais baixo: 504.964 em 2013

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: -2,4% em 2012 e 2013

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: - 0,1% em 2016

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: - 13.130 valores em 2012

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 493 valores em 2016

Demografia

Índice de Envelhecimento

Definição

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

Dados

Série Cronológica: 2004-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Cálculos: OLCPL

Evolução

No período temporal em análise, na região de Lisboa e Portugal, o aumento da taxa de envelhecimento é nítido, aumentando assim o número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 jovens. A nível nacional este crescimento é sempre superior ao registado na região, sendo 2010 e 2014 os anos cujo aumento é superior face a período homólogo, existindo neste último ano 141 idosos para cada 100 jovens, valor superior ao da região, onde por cada 100 jovens residem 129 idosos.

O concelho de Lisboa, comparativamente com estes dois territórios, apresenta um comportamento distintivo em dois aspetos, seja em termos dos valores muito mais elevados deste índice, indicando assim ser uma cidade mais envelhecida face à região e a Portugal, seja em relação à tendência de evolução. Apesar de inferior, acompanha a tendência de aumento do índice de envelhecimento verificada nas restantes áreas geográficas até ao ano 2009. Contudo, em 2009 e a partir de 2011, há uma redução do índice, fazendo com que 2019 seja, no conjunto dos anos, aquele que apresenta um valor mais baixo (170 idosos por cada 100 jovens).

Apesar desta tendência de diminuição, Lisboa mantém-se mais envelhecida, tendo uma relação de população residente com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas dos 0 aos 14 anos muito superior que a região e o país, mas com tendência para se aproximar da média nacional.

Em nenhum dos territórios, em qualquer dos anos, alguma vez o número de idosos foi inferior ao dos jovens, situação que só poderá ser encontrada recuando até aos anos 90 do século passado. O aumento da esperança média de vida e o declínio da fecundidade influenciam decisivamente esta evolução.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Lisboa apresenta uma taxa de envelhecimento extremamente elevada, com a população idosa a duplicar a mais jovem (200 idosos por cada 100 jovens em 2010 e 2011), pelo que não será de estranhar que Lisboa seja dos três territórios aquele que apresenta o menor agravamento da taxa de envelhecimento neste período. Em 2013, pela primeira vez nestes anos, esta índice diminuiu em Lisboa, tendência que se continua a verificar nos anos seguintes, registando em 2019, último ano em análise: 170 pessoas residentes com 65 ou mais anos por cada 100 jovens entre os 0 e 14 anos, valor mais baixo dos 15 anos em análise.

Índice de envelhecimento						
Ano	Portugal	Varição	AML	Varição	Concelho de Lisboa	Varição
2004	107,6		104,5		195,3	
2005	109,3	1,7	105,7	1,2	196,1	0,8
2006	111,5	2,2	107,3	1,6	197,5	1,4
2007	113,8	2,3	109	1,7	198,9	1,4
2008	116,4	2,6	111	2,0	199,6	0,7
2009	119,3	2,9	113,5	2,5	199,2	-0,4
2010	123,9	4,6	117,4	3,9	201,2	2,0
2011	127,6	3,7	119,7	2,3	200,3	-0,9
2012	131,1	3,5	122,1	2,4	197,7	-2,6
2013	136	4,9	125,4	3,3	194,4	-3,3
2014	141,3	5,3	128,5	3,1	189,3	-5,1
2015	146,5	5,2	131,7	3,2	187	-2,3
2016	150,9	4,4	133,7	2,0	182	-5,0
2017	155,4	4,5	135,8	2,1	177,6	-4,4
2018	159,4	4,0	137,5	1,7	173,3	-4,3
2019	163,2	3,8	139	1,5	169,9	-3,4

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 201,2, em 2010

Valor mais baixo: 169,9 em 2019

Varição mais elevada face ao ano anterior: - 5,1 valores em 2014

Varição mais baixa face ao ano anterior: -0,4 valores em 2009

Índice de Dependência de Idosos

Definição

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Dados

Unidade: percentagem

Série Cronológica: 2011-2019 (anual)

Periodicidade: anual

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Evolução

Desde 2011 que o valor deste índice aumenta todos os anos e em todos os territórios, fruto da evolução demográfica que se tem registado em Portugal.

A nível nacional esse aumento atingiu em 2019 a maior expressão face a período homólogo, registando perto de 35 idosos por cada 100 pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O Índice de Dependência de Idosos em Lisboa é o mais alto dos três territórios, aumentando maioritariamente no período em análise. Se entre 2011 e 2015 assume variações face ao ano anterior sucessivamente superiores até atingirem variações anuais de 1,6 p.p. (2012 e 2013), igualmente maiores do que as verificadas na região e no país, pelo que a tendência tem sido a de se acentuar a diferença entre Lisboa e os restantes territórios. A partir de 2016 até ao último ano em análise, 2019, o aumento é menor, havendo em 2018 uma redução, ainda que residual, menos 0,1p.p., mas ainda longe dos valores da região, bem mais próximos do valor nacional.

Índice de dependência de idosos						
Ano	Portugal	Variação	Região de Lisboa/ AM Lisboa	Variação	Concelho Lisboa	Variação
2011	28,8		29,0		43,9	
2012	29,4	0,6	30,0	1,0	45,5	1,6
2013	30,3	0,9	31,2	1,2	47,1	1,6
2014	31,1	0,8	32,1	0,9	48,4	1,3
2015	31,8	0,7	33,0	0,9	50,0	1,6
2016	32,5	0,7	33,8	0,8	50,7	0,7
2017	33,3	0,8	34,5	0,7	51,1	0,4
2018	33,9	0,6	35,1	0,6	51,0	-0,1
2019	34,5	0,6	35,6	0,5	51,3	0,3

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 51,3, em 2019

Valor mais baixo: 43,9 em 2011

Varição mais elevada face ao ano anterior: 1,6 em 2012, 2013 e 2015

Varição mais baixa face ao ano anterior: -0,1 em 2018

Demografia

Índice de Dependência de Jovens

Definição

Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com menos de 15 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Dados

Série Cronológica: 2011-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Cálculos: OLCPL

104

Evolução

A nível nacional, o Índice de Dependência de Jovens (IDJ) diminuiu todos os anos, entre 2011 e 2019, significando uma redução da população residente entre os 0-14 anos.

Contrariamente, na região e, particularmente, no concelho de Lisboa ao longo da série de anos observa-se o aumento do IDJ, existindo um crescimento do número de jovens entre os 0-14 anos por cada 100 pessoas em idade ativa.

A partir de 2012 o concelho de Lisboa supera o país no que diz respeito a este índice, acontecendo cenário semelhante em 2014 também face à região.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Lisboa regista o maior aumento do IDJ (mais 7,9 pontos) nestes nove anos em análise. Se em 2011 era o território com o índice menor, atingiu em 2019 um registo superior ao do país e à região, por cada 100 pessoas em idade ativa, existiam 30 jovens.

Índice de dependência de jovens						
	Portugal	Variação	Região de Lisboa/ AM Lisboa	Variação	Concelho Lisboa	Variação
2011	22,6		24,2		22,3	
2012	22,5	-0,1	24,6	0,4	23,4	1,1
2013	22,3	-0,2	24,9	0,3	24,6	1,2
2014	22	-0,3	25	0,1	25,6	1,0
2015	21,7	-0,3	25,1	0,1	26,7	1,1
2016	21,6	-0,1	25,3	0,2	27,8	1,1
2017	21,4	-0,2	25,4	0,1	28,8	1,0
2018	21,2	-0,2	25,5	0,1	29,4	0,6
2019	21,1	-0,1	25,6	0,1	30,2	0,8

105

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 25,6 em 2014

Valor mais baixo: 22,3 em 2011

Varição mais elevada face ao ano anterior: 1,2 valores em 2013

Varição mais baixa face ao ano anterior: 0,6 valores em 2018

Demografia

Índice de Longevidade

Definição

Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

Dados

Série Cronológica: 2004-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Cálculo: OLCPL

Evolução

A crescente longevidade da população tem fomentado o aumento deste índice, em praticamente todos os territórios e em quase todos os anos. Entre 2013 e 2017, o concelho de Lisboa regista algumas oscilações retomando desde então a tendência de crescimento.

A análise deste índice é importante para se sinalizar e projetar o tipo de respostas sociais mais adequado à população idosa, bem como diferenciar essas respostas em função de um leque de necessidade mais heterogéneo e complexo do que o existente há algumas décadas.

106

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Em Lisboa a população com 75 ou mais anos soma, desde 2006, mais de metade da população idosa, facto que não se regista nem no país nem na região, territórios que registam em 2019 valores inferiores ao apresentado por Lisboa em 2005.

Em Lisboa, no ano de 2019, entre as pessoas com mais de 65 anos 54 tinha mais de 75 anos, proporção que desce para os 49 e 48 em Portugal e na AML, respetivamente.

Índice de longevidade

Ano	Portugal	Varição	Região Lisboa/AML	Varição	Concelho Lisboa	Varição
2004	43,4		41,7		47,8	
2005	44,1	0,7	42,4	0,7	49,4	1,6
2006	45,1	1,0	43,2	0,8	50,5	1,1
2007	46	0,9	44	0,8	51,8	1,3
2008	46,7	0,7	44,4	0,4	52,6	0,8
2009	47,2	0,5	44,5	0,1	53	0,4
2010	47,9	0,7	45,1	0,6	53,6	0,6
2011	48,6	0,7	45,6	0,5	54	0,4
2012	48,9	0,3	45,8	0,2	54,2	0,2
2013	49	0,1	45,9	0,1	54,1	-0,1
2014	49,1	0,1	46	0,1	54	-0,1
2015	49	-0,1	46	0,0	55,5	1,5
2016	48,7	-0,3	46	0,0	53,5	-2,0
2017	48,4	-0,3	46,2	0,2	53,4	-0,1
2018	48,5	0,1	46,8	0,6	53,6	0,2
2019	48,6	0,1	47,5	0,7	53,8	0,2

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 55,5 em 2015

Valor mais baixo: 47,8 em 2004

Varição absoluta mais elevada face ao ano anterior: -2 valores em 2016

Varição absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 0,1 valores em 2013, 2014 e 2017

Demografia

Índice de Renovação da População em Idade Ativa

Definição

Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos

Dados

Série Cronológica: 2004-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Cálculos: OLCPL

108

Evolução

A evolução deste índice é claramente negativa em qualquer dos territórios. Partindo de uma situação em que existiam mais pessoas com idades entre 20 e os 29 anos do que entre os 55 e os 64 anos, essa proporção inverte-se provocando uma forte diminuição do índice de renovação da população em idade ativa. No total do período analisado, é o território nacional o que regista uma diminuição do índice mais acentuada, as 131 entre os 20 e os 29 anos para cada 100 entre os 55 e os 64 anos em 2004, deram lugar a 78.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Lisboa apresenta em toda a série temporal uma menor potencial de renovação face aos restantes territórios. Ainda que na primeira década do século XXI a região de Lisboa registe descidas mais acentuadas do que o concelho, a partir de 2011 esta tendência inverte-se e Lisboa passa a registar variações anuais mais baixas neste período. Em 2019 por cada 100 pessoas com idades entre os 55 e os 64 anos, existiam na cidade de Lisboa 65 pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos.

Índice de renovação da população em idade activa						
	Portugal	variação	Região de Lisboa/AM Lisboa	variação	Concelho Lisboa	variação
2004	131		118,5		104,8	
2005	124,4	-6,6	111,4	-7,1	99,7	-5,1
2006	117,1	-7,3	104,7	-6,7	95,1	-4,6
2007	110,4	-6,7	98,7	-6	90,9	-4,2
2008	105,1	-5,3	95,3	-3,4	88,3	-2,6
2009	100,6	-4,5	92,8	-2,5	86,6	-1,7
2010	96,2	-4,4	90,7	-2,1	85,3	-1,3
2011	93	-3,2	89,1	-1,6	80,4	-4,9
2012	88,8	-4,2	86,1	-3	74,2	-6,2
2013	86,2	-2,6	84,4	-1,7	69,2	-5
2014	83,5	-2,7	82,8	-1,6	64,9	-4,3
2015	81,3	-2,2	81,4	-1,4	61,8	-3,1
2016	79,7	-1,6	80,8	-0,6	62	0,2
2017	78,7	-1	80,6	-0,2	62,5	0,5
2018	77,7	-1	80,5	-0,1	63,8	1,3
2019	77,5	-0,2	80,4	-0,1	64,5	0,7

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 104,8 em 2004

Valor mais baixo: 61,8 em 2015

Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: - 6,2 valores em 2012

Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 0,2 valores em 2016

Demografia - Síntese

Síntese Demografia – concelho de Lisboa

Síntese resultante da média aritmética simples de números índice, com base no ano 2011, de quatro índices: de renovação, de envelhecimento e de dependência de jovens e idosos.

Dados

Série cronológica: 2011 – 2019

Periodicidade: anual

Unidade: %

Cálculos: OLCP

Evolução

A síntese dos números índice da área Demografia apresenta uma deterioração contínua do seu valor, sendo os anos 2014 e 2015 os que apresentam os valores mais baixos da série cronológica em análise.

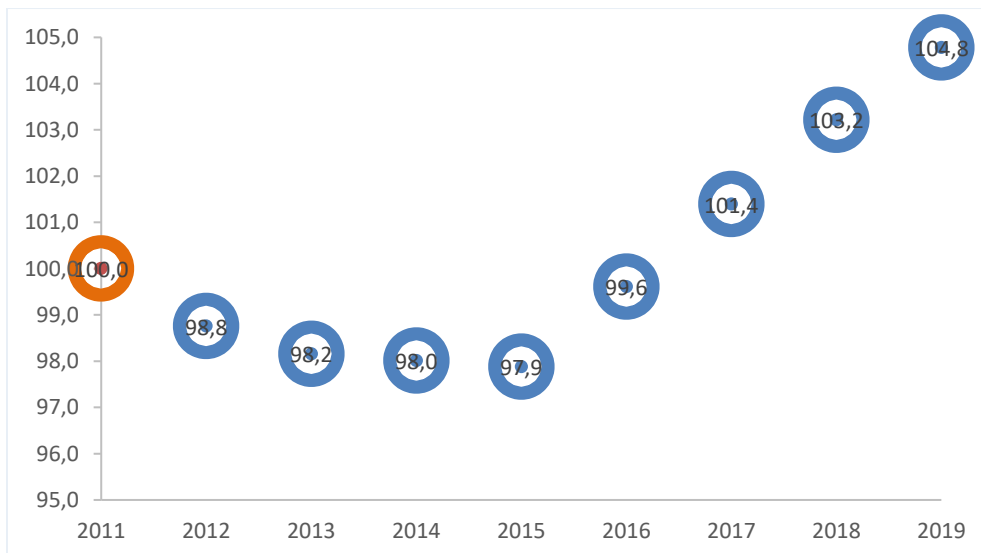
Os indicadores que mais contribuem para este comportamento são sobretudo o índice de dependência de idosos, que aumenta constantemente ao longo dos anos, revelando um aumento da população idosa face aos residentes entre os 15-64 anos, e o índice de renovação da população em idade ativa, com redução sucessiva dos seus valores, revelando uma baixa capacidade de substituição de gerações.

Números Índice - Concelho Lisboa					
Ano	Índice Envelhecimento	Índice Dependência Idosos	Índice Renovação	Índice Dependência Jovens	Média
2011	100	100	100	100	100
2012	101,3	96,5	92,3	104,9	98,8
2013	103,0	93,2	86,1	110,3	98,2
2014	105,8	90,7	80,7	114,8	98,0
2015	107,1	87,8	76,9	119,7	97,9
2016	110,1	86,6	77,1	124,7	99,6
2017	112,8	85,9	77,7	129,1	101,4
2018	115,6	86,1	79,4	131,8	103,2
2019	117,9	85,6	80,2	135,4	104,8

111

Demografia

Indicadores Síntese - Concelho de Lisboa



Saúde

Pelos constrangimentos já mencionados anteriormente no que diz respeito, nomeadamente, à dificuldade encontrada na identificação de indicadores da área da saúde que possam estar relacionados estreitamente com situações de vulnerabilidade social, à falta de uma série cronológica que permita efetuar uma análise temporal adequada, quer ainda por falta de informação relativa ao âmbito geográfico eleito, não é possível apresentar neste documento uma síntese do domínio da saúde tal como é efetuada nos demais.

Contudo, apesar do não cumprimento destes requisitos chave, pela relevância que a área da saúde apresenta na caracterização e posicionamento das sociedades face à coesão social e, também com o intuito de refletir, quer as conversas que foram tidas com profissionais da área, quer a análise mais qualitativa de diversos documentos, foi tomada a decisão de não deixar em branco este domínio, sinalizando e apresentando dois indicadores, apesar de disporem de série cronológica e/ou âmbito geográfico insuficiente:

Saúde

Dificuldades da população residente

Definição

Dificuldades da população residente, tipo de dificuldade (ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, compreender os outros ou fazer-se compreender) e grau de dificuldade (tem muita dificuldade em efetuar a ação, não consegue efetuar a ação, não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação).

Dados

Série Cronológica: 2011

Periodicidade: decenal

Unidade: número e %

Fonte: INE, Censos da População

Cálculos: OLCPL

Breve análise

Este indicador recolhido nos Censos da População em 2011 permite, ainda que de forma genérica, perceber o estado da saúde da população nas diferentes áreas questionadas, nomeadamente, visão, audição, mobilidade, destreza física e intelectual.

Sendo necessário complementar com outro tipo de informação, este dado cruzado com o total da população residente, possibilita verificar que cerca de 38% da população residente, quer no concelho de Lisboa como em Portugal, possui muita dificuldade ou não consegue mesmo efetuar algum tipo de ação relacionada com as áreas atrás descritas.

O cruzamento deste indicador com o género e o escalão etário permitirá aprofundar a análise.

113

	Pop. residente	Muita dificuldade/Não consegue efetuar a ação	Pop. Residente vs muita dificuldade/Não consegue efetuar a ação (%)
Portugal	10.562.178	3.960.544	37,5%
Concelho Lisboa	547.733	207.228	37,8%

Saúde

Utentes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) com cartão de saúde

Definição

Para aceder aos cuidados de saúde que são disponibilizados pelas Unidades de Saúde da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, é necessário possuir o Cartão de Saúde. Existem 4 escalões de comparticipação, mediante avaliação da situação socioeconómica. Esta avaliação pode ser dispensada a pedido do utente, sendo-lhe atribuído o 4.º escalão. O 1.º escalão permite o acesso gratuito aos serviços de saúde.

Dados

Série Cronológica: 2008-2014

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)

Cálculos: OLCPL

114

Evolução

Desde 2009 que o número de utentes da SCML com cartão de saúde registou um aumento até 2015, abrangendo 24160 pessoas em 2015, resultado da crise económica vivida neste período.

Nos anos seguintes regista grandes oscilações, baixou 2,4% nos dois anos seguintes; aumenta exponencialmente em 2017, beneficiando 27942 pessoas; estabilizando nos dois últimos anos em análise nos aproximadamente 24 500 beneficiários.

Utentes da SCML com cartão de saúde		
	Nº	taxa de variação
2008	18658	
2009	17897	-4,1%
2010	20238	13,1%
2011	21755	7,5%
2012	22488	3,4%
2013	23997	6,7%
2014	24160	0,7%
2015	23577	-2,4%
2016	23012	-2,4%
2017	27942	21,4%
2018	24370	-12,8%
2019	24480	0,5%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 23.997 em 2013

Valor mais baixo: 17.897 em 2009

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 21,5% em 2017

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 0,5% em 2019

Apoio Social de Emergência

Apesar de o “Apoio Social de Emergência” não constituir uma das dimensões que fazem parte da consensualização a nível europeu e mundial para análise da coesão social, considerou-se pertinente continuar a integrar esta área na análise pelo facto de a poder complementar e enriquecer.

Mantendo a perspetiva já abordada inicialmente nos documentos do Referencial Estratégico de que o apoio social de emergência não se enquadra nas medidas estruturais de combate à pobreza, estando situado noutra nível, a verdade é que as ações de emergência e de carácter assistencialista em determinadas circunstâncias são necessárias permitindo que outras iniciativas de carácter mais estrutural ganhem fôlego.

Seguindo esta linha de pensamento, esta é uma vertente que se revela pertinente para a análise do nível de vulnerabilidade da população residente na cidade de Lisboa, de modo que, em conjunto com a leitura das restantes dimensões, permita retirar igualmente ilações, ao nível de medidas e/ou políticas concretas, de carácter reparador e autonomizante, mas também preventivo.

116

Devido às suas características esta área não possui a categorização de indicadores em níveis

Apoio Social de Emergência

Nº pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa

Nº atendimentos - Atendimento Social de Emergência (SCML)

Nº de processos abertos (utentes novos) – Atendimento Social de Emergência da SCML

Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI

Apoio Social de Emergência

Nº de pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa

Definição

Pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa com cabazes alimentares.

Dados

Série Cronológica: 2008-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Banco Alimentar Lisboa

Evolução

O número de pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa registou ao longo da série aqui apresentada um aumento gradual até ao ano 2013. O ano de maior destaque é o de 2012, onde se verificou um acréscimo de 2.448 pessoas apoiadas, significando um incremento de 16% face a período homólogo, mas é o ano de 2013 que regista o maior número de pessoas apoiadas.

Esta tendência é interrompida em 2014, onde se registou uma ligeira redução, 0,7%. Desde 2014 o número de pessoas apoiadas diminuiu de 18273 para 11785 pessoas, em 2019.

118

Nº de pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa com cabazes alimentares		
	Nº	taxa de variação
2008	13336	
2009	13491	1,2%
2010	14360	6,4%
2011	15182	5,7%
2012	17630	16,1%
2013	18394	4,3%
2014	18273	-0,7%
2015	16349	-10,5%
2016	15583	-4,7%
2017	14368	-7,8%
2018	12293	-14,4%
2019	11785	-4,1%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 18.394 em 2013

Valor mais baixo: 11.785 em 2019

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 16,1% em 2012

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -0,7% em 2014

Apoio Social de Emergência

Nº de atendimentos – Atendimento Social de Emergência da SCML

Definição

Apoio a situações de emergência social ocorridas no concelho de Lisboa, entre as quais se encontram pessoas sem-abrigo e/ou com domicílio instável.

Dados

Série Cronológica: 2008-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)

Cálculos: OLCPL

Evolução

Ao longo da série cronológica apresentada é revelador o aumento crescente de situações de emergência social atendidas pelos serviços da SCML.

Face a período homólogo, o ano de 2009 foi o período que registou um maior crescimento, 37%.

Este crescimento gradual foi quebrado em 2012, verificando-se uma redução de 6% face a 2011. Contudo esta redução não se verificou no ano seguinte, sendo 2013 o ano com o valor mais elevado de atendimentos e com o segundo maior aumento percentual face ao ano anterior (12,7 %). Em 2017 este aumento repete-se, (12,1%), registando nos últimos dois anos em análise uma ligeira descida, registando em 2019, 9562 atendimentos.

120

Atendimento Social de Emergência (SCML) - N.º de atendimentos		
	Nº	taxa de variação
2008	6035	
2009	8285	37,3%
2010	9320	12,5%
2011	9471	1,6%
2012	8907	-6,0%
2013	10042	12,7%
2014	9278	-7,6%
2015	8692	-6,3%
2016	8601	-1,0%
2017	9642	12,1%
2018	9477	-1,7%
2019	9562	0,9%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 10.042 em 2013

Valor mais baixo: 6.035 em 2008

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 37,3% em 2009

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 0,9 % em 2019

Apoio Social de Emergência

Nº de processos abertos (utentes novos) – Atendimento Social de Emergência da SCML

Definição

Apoio a situações de emergência social ocorridas no concelho de Lisboa a utentes novos e respetiva abertura de processo, entre as quais se encontram pessoas sem-abrigo e/ou com domicílio instável.

Dados

Série Cronológica: 2008-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)

Cálculos: OLCPL

Evolução

O número de novos utentes com processo aberto nas unidades de atendimento social de emergência da SCML sofreu ao longo do período em análise, algumas oscilações. Entre 2008 e 2010 o número de novos utentes que abriram processo no Atendimento Social de Emergência da SCML equivaleu a um crescimento de cerca de 52%. Contudo, este cenário foi contrariado nos três anos seguintes, onde se verificou um aumento de 607 em 2011 para 896 em 2014. Esta tendência de aumento volta a esbater-se nos dois anos seguintes, para uma recuperação em 2017 e nos anos seguintes, registando em 2019 o número de novos processos mais elevado da série, 925.

122

Atendimento Social de Emergência (SCML) - N.º de processos abertos (utentes novos)		
	Nº	taxa de variação
2008	534	
2009	616	15,4%
2010	810	31,5%
2011	607	-25,1%
2012	617	1,6%
2013	736	19,3%
2014	896	21,7%
2015	766	-14,5%
2016	702	-8,4%
2017	756	7,7%
2018	859	13,6%
2019	925	7,7%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 925 em 2019

Valor mais baixo: 534 em 2008

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 31,5% em 2010

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 1,6% em 2012

Apoio Social de Emergência

Nº de pessoas apoiadas pelos Centros Porta Amiga Lisboa – Assistência Médica Internacional (AMI)

Definição

Número de pessoas apoiadas pelos diversos serviços sociais disponibilizados pelos equipamentos da AMI na cidade de Lisboa.

Dados

Série Cronológica: 2008-2019

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: AMI - Assistência Médica Internacional

Evolução

O número de pessoas apoiadas pelos Centros Porta Amiga situados na cidade de Lisboa até 2013 registaram um crescimento, tendo sido a sua variação percentual maior entre 2009 e 2010 (24,2%), com um aumento de 2464 pessoas para 4197 pessoas.

Apesar do aumento gradual entre 2008-2013, este foi atenuando ligeiramente, verificando-se uma diminuição em 2014 e 2015 no número de pessoas apoiadas pelos CPA, chegando a valores inferiores aos de 2011, contudo continuando superior ao verificado nos três primeiros anos.

As oscilações ao longo dos anos seguintes, colocam o ano de 2019 com número semelhantes aos de 2010, 3254 e 3209, respetivamente.

124

Nº de pessoas apoiadas pelos Centros Porta Amiga Lisboa - AMI		
	Nº	taxa de variação
2008	2464	
2009	2583	4,8%
2010	3209	24,2%
2011	3935	22,6%
2012	4151	5,5%
2013	4197	1,1%
2014	3934	-6,3%
2015	3690	-6,2%
2016	3727	1,0%
2017	3377	-9,4%
2018	3490	3,3%
2019	3254	-6,8%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 4.197 em 2013

Valor mais baixo: 2.464 em 2008

Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 24,2% em 2010

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 1,1% em 2013

Apoio Social de Emergência

Síntese

Síntese resultante da média aritmética simples de números índice, com base no ano 2008, de quatro índices: Pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa, Nº de atendimentos – Atendimento Social de Emergência SCML, Nº de processos abertos – utentes novos - Atendimento Social de Emergência SCML e Pessoas apoiadas Centros Porta Amiga Lisboa (AMI).

Evolução

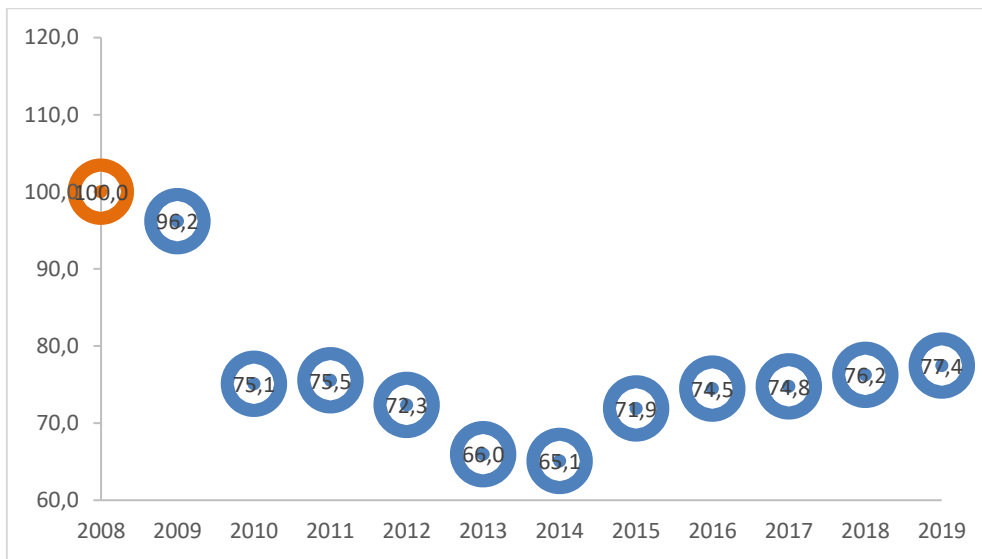
A redução constante ao longo dos anos dos números índice do domínio “Apoio Social de Emergência” significa um agravamento dos indicadores que compõem o mesmo e, como tal, um contributo negativo na evolução do índice geral de coesão social, refletindo um aumento da precariedade das condições de vida da população residente na cidade de Lisboa no período em análise, particularmente acentuada nos anos 2013 e 2014.

126

Números Índice - Concelho Lisboa					
Ano	Pessoas apoiadas BAL	N.º de atendimentos (ASE - SCML)	N.º de processos abertos - utentes novos - (ASE - SCML)	Pessoas apoiadas CPA (AMI)	Média
2008	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2009	101,2	72,8	115,4	95,4	96,2
2010	92,9	64,8	65,9	76,8	75,1
2011	87,8	63,7	88,0	62,6	75,5
2012	75,6	67,8	86,5	59,4	72,3
2013	72,5	60,1	72,6	58,7	66,0
2014	73,0	65,0	59,6	62,6	65,1
2015	81,6	69,4	69,7	66,8	71,9
2016	85,6	70,2	76,1	66,1	74,5
2017	92,8	62,6	70,6	73,0	74,8
2018	108,5	63,7	62,2	70,6	76,2
2019	113,2	63,1	57,7	75,7	77,4

Apoio Social de Emergência

Indicadores Síntese - Concelho de Lisboa



3. Referencial Estratégico – Considerações finais

O modelo de instrumento criado e designado como “Referencial Estratégico” cujo intuito é servir de monitorização da coesão da cidade de Lisboa está em constante evolução, seja em termos na procura de novos indicadores que respondam mais eficazmente ao propósito estabelecido, quer na sua ampliação para outros âmbitos de análise, afinando o objeto de estudo para dimensões que, até ao momento, não foi possível explorar, como é o caso do género, idade, escolaridade por exemplo, ou ainda para âmbitos geográficos mais micro, como é as freguesias, mas que ambicionamos alcançar, nomeadamente pelo potencial de análise que os dados dos Censos 2021 permitirão. Partindo desta metodologia já experimentada, será inclusive possível e desejável alargá-la a uma análise comparativa entre territórios, permitindo avaliar o comportamento desse índice no tempo e no espaço.

Esta é uma tarefa a que o Observatório se compromete a dar continuidade concretizando assim a sua missão de conhecimento da realidade socioeconómica da cidade de Lisboa através da adoção de metodologias e construção de instrumentos que permitam apoiar a tomada de decisões estratégicas e a adoção de medidas concretas destinadas à inclusão social.

128

No entanto, estamos conscientes que o sucesso depende em muito da consciencialização das diversas fontes de informação para a disponibilização de informação, tornando-a acessível a todos os que têm o intuito de conhecer a realidade social da cidade de Lisboa, o que é bem patente nas alterações ou constrangimentos de análise ao longo do documento manifestados, tão fulcralmente sentido na área da saúde.

Este trabalho de sensibilização efetuado pelo Observatório desde a sua criação, terá que continuar a ser feito por todos os que desenvolvem trabalho na área social, de modo a tornar o conhecimento o elemento-chave para a atuação eficiente e eficaz.

O Referencial Estratégico para monitorização da coesão social da cidade de Lisboa, pretende assim ser um instrumento de utilidade prática, seja para o poder local, seja para os diversos atores sociais de desenvolvimento local, de modo a responder a necessidades quer de carácter reparador e autonomizante, quer de nível mais preventivo, constituindo-se como uma referência na cidade.